

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Mestrado em Psicologia

VIDA E MORTE NA BEIRA LINHA:
UM ESTUDO SOBRE FORMAS DE CONVIVÊNCIA E REGULAÇÃO

Michele Duarte Silva

Belo Horizonte
2008

Michele Duarte Silva

VIDA E MORTE NA BEIRA LINHA:
UM ESTUDO SOBRE FORMAS DE CONVIVÊNCIA E REGULAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Ilka Franco Ferrari

Belo Horizonte

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S586v Silva, Michele Duarte
Vida e morte na Beira Linha: um estudo sobre formas de convivência e regulação. Michele Duarte Silva. – Belo Horizonte, 2008.
90 f.

Orientador: Profa. Dra. Ilka Franco Ferrari
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Bibliografia.

1. Urbanização - Belo Horizonte. 2. Relações Humanas – Aspectos Psicológicos. 3. Jovens - Conduta. 3. Homicídio. 4. Programa Controle de Homicídios Fica Vivo! I. Ferrari, Ilka Franco. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 301.151

Michele Duarte Silva

VIDA E MORTE NA BEIRA LINHA: UM ESTUDO SOBRE FORMAS DE CONVIVÊNCIA E REGULAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em psicologia.

Belo Horizonte, 2008.

Ilka Franco Ferrari (Orientadora) – PUC MINAS

João Leite Ferreira Neto – PUC MINAS

Oswaldo França Neto – UFMG

Aos meus pais, pela vida, pela força.

AGRADECIMENTOS

A escrita desta dissertação somente foi possível graças à colaboração de muitas pessoas. Digo “muito obrigada” a todas elas e de forma especial...

À CAPES, pelos recursos que tornaram possível a produção desta pesquisa.

Aos jovens da *Beira Linha* e demais moradores entrevistados, pela confiança depositada. Foram suas palavras que deram sentido, forma e vida a este trabalho.

À Profa. Dra. Ilka Franco Ferrari, pela paciência e pelo saber compartilhado.

Aos Profs. Drs. João Leite Ferreira Neto e Oswaldo França Neto que aceitaram prontamente o convite para participar da banca examinadora e que, de forma cuidadosa, apontaram caminhos que favoreceram o percurso desta escrita.

À Marília e Celso, pela cordialidade e disponibilidade.

Aos colegas de mestrado Rogéria e Cristiano, por dividirem alegrias, dúvidas, angústias e dificuldades inerentes à produção de uma dissertação.

A Luiz Flávio Sapori, Ludmilla e Márcia, pela construção de uma política de defesa social a céu aberto.

A todos os(as) companheiros(as) do *Fica Vivo!* que buscam construir uma prática pautada na ética e na crença de que uma outra realidade é possível.

Ao amigo Fídias, por compartilhar a construção do trabalho na *Beira Linha*. Sem você, grande parte deste trabalho não existiria.

À Ana, Marcus e Maria, pela disponibilidade, investimento e cuidado para com o trabalho.

Aos oficinairos do Núcleo Ribeiro de Abreu que contribuem, diariamente, para a abertura de espaços facilitadores de novos modos de vida.

Aos oficinairos Serginho, Marcone, Júlio César, Branco e Max, por

sustentarem a construção de espaços onde ficar vivo é muito mais que sobreviver.

Ao amigo Alessandro, companheiro de trabalho e das horas mais diversas.

À Nádia, pela amizade e por compartilhar as dificuldades do dia-a-dia do trabalho junto ao *Fica Vivo!*. À Vera, Paola, Kátia e Ângela por sustentarem, cada uma a sua maneira, a continuidade desse trabalho.

À Josi, Ana Dorotéia, Bernardo e Luciana, pelos debates e pela prática cotidiana. Que essa prática possa fazer dos espaços gradeados da cidade um lugar mais vivo.

Ao psicanalista Célio Garcia, pela sensibilidade.

À psicanalista Maria José Salum, pela escuta atenta e cordial.

Ao psicanalista Celso Rennó, pela presença precisa e pelo dizer que abre espaços para novas palavras e práticas.

Ao atleta Robson que, com seu ânimo e alegria, faz da fraternidade algo imprescindível.

Enfim, “muito obrigada”, Ramon, pela presença e por fazer da minha vida algo menos sério e mais feliz.

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

Guimarães Rosa

RESUMO

Nesta dissertação, o interesse recai sobre o estudo das formas de convivência e regulação que se constituíram na Beira Linha após sua urbanização. A Beira Linha é uma rua de grande extensão que perpassa diferentes bairros da cidade de Belo Horizonte, tais como: Conjunto Paulo VI, Ribeiro de Abreu e São Gabriel. Para este estudo, elegeu-se um trecho que se situa no bairro Ribeiro de Abreu e que se estende da Rua Paulo Campos Mendes à Rua Bertalha. Ressalta-se que a escolha desse tema, bem como do trecho da rua a ser estudado, encontram-se articulados à prática da pesquisadora, como técnica no *Programa Controle de Homicídios – Fica Vivo!*, programa no campo da segurança pública, que atende jovens na faixa etária de 14 a 24 anos e que compõe a política de defesa social do governo de Minas Gerais. Assim, nesta dissertação, foi possível problematizar formas de convivência e regulação criadas pelos próprios moradores da Beira Linha, mas, também, formas criadas a partir de ações vinculadas ao poder estatal. Para a realização deste estudo, foram realizadas entrevistas semidirigidas com jovens que residem na Beira Linha e que participam ou já participaram do *Programa Fica Vivo!*, o que permitiu acesso ao dizer dos jovens sobre formas de convivência e regulação estabelecidas na Beira Linha, bem como sobre as ações do *Programa Fica Vivo!* e o trabalho da Polícia Militar. O diário de campo foi de fundamental importância para a realização desta pesquisa, pois nele constam dados que se referem ao trabalho realizado, pela pesquisadora, como técnica no *Programa Fica Vivo!* e que datam de época anterior à pesquisa propriamente dita. Levantamentos documentais também foram realizados, bem como entrevistas não-dirigidas junto a moradores que residem na Beira Linha e em ruas vizinhas, há mais de 25 anos. Essas entrevistas serviram como fonte de informações sobre o processo de ocupação da Beira Linha. A teorização em torno dos dados articulou campos de saber como a psicanálise e a geografia humana. Com esta pesquisa, busca-se contribuir para a construção de práticas que promovam o enlaçamento do particular ao universal e que considerem o território como elemento essencial para essa construção.

Palavras-chave: Beira Linha, formas de convivência e regulação, *Programa Fica Vivo!*, território.

ABSTRACT

This dissertation's interest regards the study of the forms of social relations and regulations that have been built along the Beira Linha after its urbanization. Beira Linha is a very long street crossing many Belo Horizonte neighbourhoods, such as Conjunto Paulo VI, Ribeiro de Abreu and São Gabriel. For the purposes of this study, we have chosen a section located at Ribeiro de Abreu, from Paulo Campos Mendes Street to Bertalha Street. The choice of this theme, as well as the choice of the street section to be studied are linked to the researcher's practice as a technician at the *Stay Alive!* Homicide Control Program, a public security program to which attend young people from 14 to 24 years of age and is part of the State of Minas Gerais social defense policy. It was therefore possible, in this dissertation, to problematize the forms of social relations and regulations created by the Beira Linha residents themselves, as well as the ones created by the actions linked to the state power. This study was performed by the means of semi-conducted interviews with young Beira Linha residents that participate or have participated to the *Stay Alive!* Program, which allowed us to hear directly from them about the forms of social relations and regulations established at the Beira Linha, as well as about the *Stay Alive!* Program actions and the Military Police work. The field journal has been fundamentally important to carry out this research, since it contains the data regarding the researcher's work performed as a technician at the *Stay Alive!* Program before the actual research. Documental data have also been raised, as well as non-directed interviews to Beira Linha and neighbourhood residents that have been living there for more than 25 years. These interviews have been useful as an information source on Beira Linha occupation process. The theorization regarding the data has linked knowledge fields as psychoanalysis and human geography. We have been able to perform the theme's study focusing the analysis on the consideration that Beira Linha is an used territory, which means that the analysis work has problematized the human relations established inside this territory. This research intends to contribute to the building of practices that are able to link the private to the universal and consider the territorial issue an essential element to this building.

Key words: Beira Linha, living together and regulation forms, *Stay Alive!* Program, territory.

LISTA DE SIGLAS

ACS – Agente Comunitário de Saúde
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CEMIG – Companhia Elétrica Minas Gerais
CNS – Conselho Nacional de Saúde
COMUPRA – Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
DCCV – Delegacia de Crimes Contra a Vida
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EMPAL – Escola Municipal Professora Acidália Lote
GEPAR – Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JK – Juscelino Kubitschek
ONG – Organização Não-Governamental
PLS – Plano Local de Segurança
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
ROTAM – Rondas Táticas Metropolitanas
SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SESC – Serviço Social do Comércio
SIM – Sistema de Informação de Mortalidade
SOSF – Serviço de Orientação Sócio-Familiar
SPEC – Superintendência de Prevenção à Criminalidade
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Recursos metodológicos	15
2	BEIRA LINHA: TERRITÓRIO PARTICULAR E GLOBAL	21
2.1	As favelas de Belo Horizonte: o início de uma história	21
2.2	Beira Linha: a fundação de um novo território em Belo Horizonte	27
2.3	As armas de fogo e o crack: outros objetos na composição dos territórios	30
2.4	A urbanização da Beira Linha e o início das “guerras”	35
2.5	Sobre o início das “guerras”: possíveis recortes teóricos	38
3	SOBRE O PROGRAMA CONTROLE DE HOMICÍDIOS - FICA VIVO!	47
3.1	A criação de uma nova proposta: fica vivo!	48
3.2	O <i>Programa Controle de Homicídios - Fica Vivo!</i>	51
4	OS JOVENS, A BEIRA LINHA E O PROGRAMA FICA VIVO!	54
4.1	A responsabilidade do <i>Programa Fica Vivo!</i>	54
4.2	O <i>Programa Fica Vivo!</i> : parte dos territórios	59
4.3	Do Campinho da 19 ao início das próprias oficinas na <i>Beira Linha</i>	64
4.4	O ano de 2007 na <i>Beira Linha</i>	71
4.5	O trabalho da Polícia Militar na <i>Beira Linha</i> : diferenças e semelhanças	75
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS	82
	APÊNDICE	90

1 INTRODUÇÃO

Para o geógrafo brasileiro Milton Santos, o território só se torna um conceito utilizável para a análise social quando é considerado “[...] a partir do seu uso, a partir do momento em que ele é pensado juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (SANTOS, 2000a, p. 22). Nesse sentido, o território, para além da dimensão física, implica as relações construídas por homens e mulheres que nele vivem. Nesta pesquisa, a *Beira Linha* é o território em questão.

A Beira Linha¹ é uma rua de grande extensão que perpassa diferentes bairros da cidade de Belo Horizonte, tais como: São Gabriel, Nazaré, Belmonte, Ribeiro de Abreu e Conjunto Paulo VI. Nomeada oficialmente pela Prefeitura da capital de Minas Gerais como Rua Padre Argemiro Moreira, grande parte de seus moradores segue chamando-a de Beira Linha. Fundada durante os anos 60, à margem de uma linha de trem, foi mais fortemente ocupada ao final da década de 80.

Foi em 1999 que a pesquisadora soube da existência da Beira Linha. Isto, em função de assumir um estágio no qual era responsável por auxiliar alunos de um telecurso que se realizava em uma instituição localizada no bairro Conjunto Paulo VI e era oferecido a moradores da região, em especial, àqueles que na instituição trabalhavam. Naquela época, a Beira Linha ainda não era urbanizada. É com alegria que se recorda dos momentos vividos durante esse estágio, sobretudo, das pessoas que se pôde conhecer. As histórias de vida contadas por alguns alunos durante as aulas davam conta da criatividade e da luta do povo brasileiro diante de precárias condições de vida.

Ressalta-se que, ao final do estágio, no ano 2000, existia o desejo de retornar àquele bairro para o desenvolvimento de outro trabalho. Eis, então, que, no ano de 2004, a pesquisadora retorna ao bairro Conjunto Paulo VI e conhece de forma mais efetiva a Beira Linha. O cotidiano do bairro, contudo, havia se modificado. Isto, em função de efeitos provados pelo aumento da criminalidade violenta² na região, em

¹ Durante a dissertação, a pesquisadora utiliza a designação Beira Linha para referir-se à rua em toda a sua extensão. Desse modo, optou-se por grafar, em itálico, a palavra *Beira Linha* quando se trata do trecho da rua escolhido para o estudo. Esse trecho se estende da Rua Paulo Campos Mendes à Rua Bertalha. Os motivos dessa escolha são descritos logo a seguir.

² Segundo a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, são considerados crimes violentos as seguintes ocorrências: homicídio, homicídio tentado, estupro, roubo, roubo à mão armada, roubo de veículos, roubo de veículos à mão armada e seqüestro.

especial dos homicídios. Esse aumento, entretanto, não se restringiu à Beira Linha.

Deve-se destacar, desse modo, que Belo Horizonte, assim como outras cidades do País, vivenciou, ao final da década de 90, um expressivo aumento da criminalidade violenta. Pesquisas realizadas, em 2002, pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG) deram visibilidade a esse aumento, em Belo Horizonte. De modo especial, demonstraram que a ocorrência dos homicídios se concentrava em determinadas regiões da capital em que a renda média dos moradores era baixa e os serviços públicos e privados bastante precários. A proximidade da moradia entre as vítimas, em sua grande maioria, jovens, negros, do sexo masculino e com idade entre 15 e 29 anos, foi outro dado marcante, pois muitos assassinatos aconteciam em função de conflitos armados travados entre grupos de territórios vizinhos.

Assim, em 2002, sob a coordenação do CRISP, um Grupo de Trabalho foi formado e cumpriu a função de elaborar um projeto que articulou ações repressivas e de mobilização social no intuito de controlar e reduzir a ocorrência de homicídios. O projeto-piloto denominado *Projeto Controle de Homicídios* foi implantado em um aglomerado da regional oeste de Belo Horizonte. Uma das primeiras solicitações dos moradores à equipe responsável pela implantação foi a substituição do nome do projeto que, a partir de então, ficou conhecido por *Fica Vivo!*. A avaliação positiva desse Projeto possibilitou sua institucionalização. Por meio do Decreto Lei n. 43.334 o *Programa Controle de Homicídios* tornou-se um dos programas da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS). Foram definidos como público-alvo jovens na faixa etária de 14 a 24 anos.

Um convênio firmado entre a SEDS e o Ministério da Justiça possibilitou a transferência de recursos financeiros da União para o estado, o que possibilitou a implantação do Programa em mais quatro regiões de Belo Horizonte, que também apresentavam altos índices de homicídios. Entre essas regiões se encontrava a dos bairros Conjunto Paulo VI, Paulo VI e Ribeiro de Abreu.

Nesse sentido, foi como técnica no *Programa Fica Vivo!* que a pesquisadora retornou ao bairro Conjunto Paulo VI. Foi com alegria que se recebeu a notícia da possibilidade de desenvolvimento de um trabalho naquela região. Esse sentimento se entrelaçaria, com o tempo, à angústia provocada pela violência nua e crua que se materializaria, em especial, no assassinato de jovens que o trabalho junto ao *Programa Fica Vivo!* possibilitou conhecer e nomear. Alguns desses jovens eram

moradores da *Beira Linha*.

Desde o início do processo de implantação do *Programa Fica Vivo!* nos bairros Conjunto Paulo VI, Paulo VI e Ribeiro de Abreu, a *Beira Linha* era apontada, por moradores e representantes de instituições, como um dos lugares mais perigosos da região. Chamava bastante a atenção, no entanto, o fato de o aumento dos homicídios na *Beira Linha* ter-se dado após sua urbanização. Impactava a nudez dos conflitos armados travados entre grupos de territórios rivais, mas, de forma peculiar, destacavam-se as mortes em função de conflitos entre jovens de um mesmo grupo. A morte entre os próprios jovens da *Beira Linha* exibia, de forma mais contundente, o rompimento drástico dos vínculos sociais. A rivalidade entre os grupos delimitava territórios e estabelecia fronteiras. Elas dificultavam a circulação de moradores por certos espaços antes freqüentados, mas, também, definiam limites que possibilitavam um distanciamento, mesmo que temporário, entre os grupos rivais. O medo vivenciado por vários moradores inviabilizava, por vezes, a constituição de debates sobre a realidade local.

Entrelaçados a essa realidade, encontravam-se jovens, outros moradores e representantes de instituições que se conectaram ao *Programa Fica Vivo!* e deram novos sentidos e vigor ao trabalho. Os jovens contribuíram de modo especial para a construção de saídas frente aos impasses vivenciados pela equipe do Programa, principalmente diante da realidade da *Beira Linha*. Demonstravam, cotidianamente, que ficar vivo pode e deve ser muito mais que sobreviver.

Assim, são inquietações vividas pela pesquisadora e que se fazem presentes desde a época da graduação em psicologia, mas que se intensificaram a partir do trabalho profissional realizado junto ao *Programa Fica Vivo!*, em especial na *Beira Linha*, que impulsionaram a produção desta dissertação. A escolha do tema, a saber, o estudo das formas de convivência e regulação estabelecidas na *Beira Linha* após sua urbanização, advém, assim, de uma questão que se articula à prática no *Programa Fica Vivo!*: como viver junto³, na *Beira Linha*?

Movida por essas inquietações e ciente de que o tema escolhido não ter sido alvo de trabalhos anteriores, a pesquisadora busca, com esta dissertação, iniciar uma investigação que possibilite a formulação de problemas mais precisos e

³ Como curadora da 27ª Bienal de São Paulo, Lisette Lagnato usou a indagação *Como viver junto?* para dar nome ao evento. A partir da Bienal, o psicanalista mineiro Célio Garcia passou a fazer uso dessa indagação de modo a discutir modos singulares de soluções para a convivência.

hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores, bem como a construção de práticas que promovam o enlaçamento do particular ao universal e que considerem o território como elemento essencial para essa construção.

1.1 Recursos metodológicos

Para alcançar a finalidade proposta por esta pesquisa, foram definidos como objetivos específicos a serem trabalhados no decorrer desta dissertação: contextualizar o surgimento das favelas em Belo Horizonte, cidade onde a *Beira Linha* se constitui; problematizar a articulação entre a urbanização da Beira Linha e a ascensão dos homicídios nesse território; apresentar o processo de criação do *Programa Controle de Homicídios - Fica Vivo!* e realizar um estudo das ações deste Programa na *Beira Linha*.

Tendo em vista o problema, o tema e os objetivos levantados, elegeu-se como método mais adequado, para o desenvolvimento desta pesquisa exploratória, o estudo de caso.

Para fins de pesquisa, o estudo de caso permanece, segundo Yin (2005), sendo um desafio para as ciências sociais. Embora seja uma forma de investigação empírica, ainda hoje existem preconceitos tradicionais em relação a uma suposta insuficiência quanto à sua precisão, objetividade e rigor. O estudo de caso, contudo, tem se constituído, de acordo com Yin (2005), em uma importante ferramenta de pesquisa em diferentes áreas, tais como psicologia, sociologia, ciência política e economia dentre outras.

Enquanto método de pesquisa, o estudo de caso é “[...] uma estratégia de pesquisa abrangente” (YIN, 2005, p.33) que deve ser utilizada, segundo Yin (2005), “[...] quando se faz uma questão do tipo ‘como’ ou ‘por que’, sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos, sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle” (YIN, 2005, p.28). A escolha do estudo de caso, como ferramenta de pesquisa, relaciona-se, fundamentalmente, com a questão que a pesquisa propõe e com a possibilidade de compreender, a partir do caso, acontecimentos sociais complexos.

Para a realização deste estudo, quatro técnicas de coleta de dados foram utilizadas: entrevista semidirigida, entrevista não-dirigida, levantamento documental e diário de campo.

Após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), foram realizadas, durante o mês de dezembro de 2007 e janeiro de 2008, entrevistas semidirigidas com 16 jovens moradores da *Beira Linha*. Essas entrevistas buscaram a obtenção de dados que permitissem discutir as formas de convivência e regulação constituídas na *Beira Linha*, bem como as ações e possíveis efeitos do *Programa Fica Vivo!* nesse território. Estabeleceram-se assim três critérios para a escolha dos jovens: residir na *Beira Linha*, participar de alguma atividade oferecida pelo *Programa Fica Vivo!* (oficina, curso profissionalizante, acompanhamento individual entre outros), anteriormente ou na atualidade da pesquisa e faixa etária compreendida entre 14 e 24 anos, pois esta é a faixa etária atendida pelo Programa. Para a realização dessas entrevistas, foram pensadas nove questões conforme consta no APÊNDICE A. O roteiro da entrevista não variou de um jovem a outro; as questões foram iguais para todos, salvo questões suplementares que visaram precisar o que era dito.

A partir de fichas de cadastro dos jovens, no *Programa Fica Vivo!*, e da presença dos mesmos nos espaços das oficinas que acontecem na *Beira Linha*, foram feitos, de forma aleatória, os convites para que os jovens participassem das entrevistas. Parte dos convites foi feita diretamente pela pesquisadora e alguns por uma das estagiárias do *Programa Fica Vivo!* na região. Iniciadas as entrevistas, outras indicações de nomes foram feitas por moradores da *Beira Linha* e decidiu-se aceitar a sugestão, fazendo o convite aos jovens indicados.

O fato de a pesquisadora já conhecer a *Beira Linha*, em função do trabalho como técnica no *Programa Fica Vivo!*, facilitou sua movimentação pela rua e os contatos com jovens e demais moradores. Em relação aos 16 jovens entrevistados, contudo, somente três a conheciam previamente. Os demais, como passaram a fazer parte do Programa em época posterior a do seu trabalho na região, não a conheciam.

Dos jovens que aceitaram participar da entrevista 11 têm idades entre 18 e 23 anos e, cinco, idades entre 14 e 17 anos. Entre os jovens convidados, duas mulheres recusaram-se a participar, sem apresentar motivos, e dois homens

adiaram a participação, sempre pedindo que a pesquisadora voltasse depois, ao ponto de não ser mais possível realizar a entrevista. O critério utilizado para definir o número final de entrevistados foi o da saturação, ou seja, a pesquisadora finalizou a coleta de dados quando percebeu certa repetição de conteúdo na fala dos entrevistados.

Cabe destacar que, para a realização das entrevistas, foi solicitado a cada um dos participantes e responsáveis, no caso dos adolescentes, seu Consentimento Livre e Esclarecido, conforme Resolução n. 196/96, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Todos foram esclarecidos a respeito dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos do estudo e de que os dados seriam utilizados sem a sua identificação. Não lhes foi solicitado, contudo, a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), previamente redigido, conforme prevê a Resolução. Isto porque se considerou que a solicitação da assinatura poderia prejudicar o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que se acreditou que o conteúdo das entrevistas estaria perpassado por situações de violência e/ou criminalidade. O entrevistado poderia considerar inseguro colocar o seu nome em um documento, com cópia que ficaria com a pesquisadora, mesmo que seu conteúdo fosse devidamente explicado. Apesar da não assinatura do TCLE, o conteúdo deste foi dito para cada entrevistado e responsáveis, medida que visou assegurar todos os esclarecimentos necessários ao consentimento do participante. Novamente, por questões de segurança, optou-se pela não gravação das entrevistas e, desse modo, as falas dos participantes foram registradas manualmente pela pesquisadora. Em função disso, não foi possível o registro integral daquilo que foi dito durante as entrevistas. Contudo, muitas frases foram anotadas de forma literal.

Considerando-se o total de entrevistas semidirigidas, há que se dizer que três delas foram realizadas na sede do *Programa Fica Vivo!* localizada no bairro Ribeiro de Abreu⁴. As demais foram realizadas em um local na *Beira Linha* cedido pela oficinaira responsável por uma das oficinas que acontecem nesse território. Nesse local, a privacidade e sigilo foram preservados, assim como na sede do Programa.

Em função do conteúdo das entrevistas com os jovens e dos objetivos desta pesquisa, considerou-se importante buscar informações complementares sobre o início do processo de ocupação da Beira Linha. Para isso, foram realizadas

⁴ A sede do *Programa Fica Vivo!* situa-se na Rua Faria de Santana, 12, bairro Ribeiro de Abreu. Localiza-se próxima ao encontro da Rua Paulo Campos Mendes com a Beira Linha.

entrevistas não-dirigidas junto a três moradores da *Beira Linha* e dois de ruas vizinhas que ali residem há mais de 25 anos. Essas entrevistas aconteceram em dezembro de 2007 e janeiro de 2008. Esses moradores, classificados, nesta pesquisa, como *informante secundário* (TURATO, 2003), foram indicados por pessoas que residem na *Beira Linha* e com as quais se estabeleceram contatos em função das entrevistas realizadas junto aos jovens.

Para essas entrevistas, também foram dados, aos participantes, esclarecimentos sobre a pesquisa, seus objetivos e o motivo da participação dos mesmos. Após isso, foi-lhes pedido o Consentimento Livre e Esclarecido, para a participação, conforme Resolução n. 196/96, do CNS. Pelos mesmos motivos já descritos, quando se abordou a entrevista com os jovens, não lhes foi solicitada a assinatura do TCLE. O conteúdo deste, entretanto, foi dito para cada entrevistado com o intuito de garantir a compreensão necessária ao seu consentimento. O registro dos dados, pela mesma razão exposta anteriormente, foi realizado de forma manual.

Junto à Igreja católica Pai Misericordioso, situada no bairro Paulo VI, buscaram-se informações documentais sobre as ações por ela realizadas e que se referem ao processo que possibilitou a urbanização de grande parte da *Beira Linha*.

É importante ressaltar que há, nesta pesquisa, dados que se referem à experiência da pesquisadora, como técnica no *Programa Fica Vivo!*. Desse modo, algumas informações foram registradas em diários de campo que antecedem à pesquisa propriamente dita. Há, também, em diários de campo, registros que se articulam ao trabalho exercido como supervisora metodológica, tendo em vista a permanência no Programa, como membro da diretoria. As informações registradas nesses diários, quando citadas de forma literal, durante esta dissertação, foram identificadas como tais e datadas de acordo com o ano do registro.

Por meio do levantamento documental, foram também utilizados recursos como mídia impressa de jornais, documentos produzidos pela Polícia Militar de Minas Gerais, leis e decretos do Governo de Minas Gerais que se referem à criação da Secretaria de Estado de Defesa Social, da Superintendência de Prevenção à Criminalidade e do *Programa Controle de Homicídios*, bem como relatórios produzidos pelo CRISP, pela equipe do *Programa Fica Vivo!* e materiais de divulgação deste Programa.

Os dados obtidos foram operacionalizados por meio da Análise de Conteúdo, conforme orientações de Turato (2003) e Laville e Dionne (1999). A partir do critério relevância que, segundo Turato (2003), foge de certa ortodoxia da clássica análise de conteúdo, destacaram-se dados que, mesmo sem apresentar certa repetição no conjunto do material coletado, constituíram-se em dados ricos em conteúdo para a formulação de hipóteses. Esses dados foram apresentados e analisados, no decorrer desta pesquisa, a partir de um eixo histórico. Este eixo favoreceu a construção de uma análise qualitativa e iterativa do conteúdo. De acordo com Laville e Dionne (1999) o processo é dito iterativo quando o pesquisador elabora pouco a pouco uma explicação lógica para o que se estuda. Essa modalidade de análise, segundo os mesmos autores, “[...] convém particularmente aos estudos de caráter exploratório quando o domínio de investigação não é bem conhecido do pesquisador, a ponto de este julgar preferível não elaborar hipótese *a priori*.” (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 228).

A psicanálise e outros campos de saber como a geografia humana e a sociologia embasaram as formulações teóricas desenvolvidas, desse modo, no decorrer da pesquisa.

A partir dos recursos metodológicos descritos acima, o processo de elaboração desta dissertação desdobrou-se, assim, em cinco momentos.

A Introdução visa apresentar ao leitor o que se propôs problematizar no decorrer deste trabalho, os objetivos estabelecidos e o que justificou a realização desta pesquisa exploratória, bem como os recursos metodológicos empregados.

O primeiro capítulo, intitulado **Beira Linha: território particular e global** apresenta características da história de Belo Horizonte e do Brasil que deram forma a segregações territoriais e sociais que também marcam o processo de ocupação da Beira Linha. A essas características articulou-se a problematização sobre as novas formas de convivência que se constituíram na Beira Linha, após sua urbanização, como um dos fatores que impulsionaram a ascensão dos homicídios nesse território.

O segundo capítulo, **Sobre o Programa Controle de Homicídios – Fica Vivo!** descreve o processo de elaboração do *Projeto Controle de Homicídios* e discute qual perspectiva de segurança pública sustentou sua criação e posterior institucionalização como um dos programas componentes da política de defesa social do governo do estado de Minas Gerais.

O terceiro capítulo, **Os jovens, a Beira Linha e o Programa Fica Vivo!** apresenta, inicialmente, alguns aspectos do processo de implantação do *Programa Fica Vivo!* nos bairros Conjunto Paulo VI, Paulo VI e Ribeiro de Abreu. A esses aspectos articula-se o estudo das ações do *Programa Fica Vivo!* que se relacionam à *Beira Linha*.

Por fim, as Considerações finais expressam as elaborações da pesquisadora, tendo em vista o que foi trabalhado no decorrer de toda a pesquisa. Elaborações que podem orientar novos estudos, tendo em vista o que se problematiza a partir deste trabalho de pesquisa.

2 **BEIRA LINHA: TERRITÓRIO PARTICULAR E GLOBAL**

Para a produção deste capítulo, considerou-se imprescindível apresentar algumas características da história de Belo Horizonte e do Brasil. Não há como falar sobre as particularidades da *Beira Linha* sem dizer de características que deram forma a desigualdades territoriais e sociais que também permeiam o processo de constituição desse território.

2.1 As favelas de Belo Horizonte: o início de uma história

Foi no ano de 1897, no dia 12 de dezembro, que se inaugurou a nova capital de Minas Gerais.

A idéia de transferir a capital mineira de Ouro Preto para outra localidade significava a expressão da nova ordem: a República. Esta tinha sido recentemente estabelecida no País. Naquele momento, impunha-se como principal objetivo do governo de Minas Gerais a construção e a manutenção dessa nova ordem. Nesse sentido, foram vistos como essenciais ao desenvolvimento do estado de Minas Gerais três elementos: “[...] a construção de estradas para possibilitar o escoamento da produção; a imigração de mão-de-obra estrangeira como substituição, embora tardia, ao escravo; e a construção da nova capital.” (GUIMARÃES, 1991, p.38). Era necessário, então, que a localização da capital se desse em local mais central do que Ouro Preto, a fim de facilitar “[...] a comunicação com os diferentes centros de interesse criados e a criar, de modo que a resultante oferecesse a maior soma possível de vantagens aos interesses agrícolas, industriais e políticos do estado de Minas, considerados em conjunto.” (BARRETO, 1996, p. 308).

O Arraial de Belo Horizonte acabou sendo o local escolhido para a instalação da sede do governo de Minas e passou a ser a segunda⁵ cidade planejada do Brasil, construída a partir de uma concepção urbanística elaborada pelo engenheiro Aarão

⁵ A primeira cidade planejada do País foi Teresina, capital do Piauí (1852), posteriormente, Belo Horizonte, em 1897, Goiânia, em 1935, e Brasília, em 1960.

Reis. Inspirada no modelo de cidades como Paris e Washington, o projeto da nova capital propunha uma cidade organizada e higiênica, provida de saneamento e livre de doenças. Idealizava-se uma cidade livre de desordens e revoluções. Inicialmente, o projeto dividia a cidade em três zonas: urbana, suburbana e rural.

A área central urbana, com seu limite delimitado pela Avenida do Contorno, na época denominada Avenida 17 de Dezembro, era formada por ruas de traçado regular. No projeto, essa área receberia toda a estrutura urbana de saneamento, transportes, educação, assistência médica, os estabelecimentos comerciais, moradias e edifícios públicos para os funcionários estaduais vindos de Ouro Preto. Em relação à área suburbana, formada por ruas irregulares, não houve preocupação imediata com a estrutura urbana, já que se acreditava que ela só seria ocupada posteriormente. A zona rural consistia em uma área ambiental e agrícola que abasteceria a região central com produtos hortifrutigranjeiros.

A implantação de tão audacioso projeto, com prazo de execução improrrogável de quatro anos, definido por lei promulgada pelo Congresso Mineiro, exigia, contudo, a destruição completa do antigo arraial, e o deslocamento de seus moradores para outro local. O antigo arraial, que ali existia, tinha sua origem em 1701, ano em que o bandeirante João Leite Ortiz chegou à região e decidiu fixar morada e trabalho na serra de Congonhas, hoje conhecida como Serra do Curral. O local onde hoje se encontra Belo Horizonte foi inicialmente nomeado Curral Del Rei. Em 1750, foi elevado à condição de freguesia e, em 1890, a distrito de Sabará, passando a chamar-se Arraial de Belo Horizonte. Em 1897, a capital foi batizada Cidade de Minas, sendo restabelecido o nome Belo Horizonte em 1º de julho de 1901.

Diante das exigências do projeto, vários habitantes do arraial tiveram seus imóveis desapropriados e destruídos. Aqueles que não tinham condições financeiras para adquirir os valorizados imóveis e terrenos que passariam a compor o cenário da região urbana da capital foram colocados para fora da cidade. Não estava previsto no projeto da nova capital a alocação de grande parte dos moradores que, até então, davam vida àquela cidade. Segundo escritos do padre Francisco Martins Dias, datados de 1897, por vezes ouvia-se Aarão Reis dizer “[...] que não queria nenhum dos antigos habitantes de Belo Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir-se retirando” (DIAS, 1897, p.84).

Tendo em vista esse cenário de exclusão, pode-se dizer que a gestão do projeto traçado para a nova capital mineira apoiava-se na concepção de uma *hierarquia de espaço* (GUIMARÃES, 1991), onde os que tinham direito à cidade eram aqueles que podiam pagar para ocupá-la e na falsa idéia de que os problemas sociais não iriam atormentar a capital. Eles seriam evitados, inclusive, com a retirada dos operários encarregados da construção da cidade, assim que as obras fossem concluídas. Na prática, contudo, não foi dessa forma que o projeto se realizou. Em 1895, dois anos antes da inauguração, a cidade já apresentava duas áreas de aglomerados de *cafuas*⁶: o Córrego do Leitão e a Favela ou Alto da Estação, ambas na zona urbana. Além disso, a crise econômica que atingia todo o País, ao final do século XIX, fez com que muitas obras ficassem paralisadas, à espera de recursos. Ainda repleta de poeira e com construções inacabadas, a Cidade de Minas foi inaugurada às pressas. Alguns operários e moradores do antigo arraial permaneceram na região central e muitos outros iniciaram o processo de ocupação desordenada das áreas periféricas.

Desse modo, em Belo Horizonte, a ocupação desordenada tem início concomitante à construção da cidade. Os antigos e novos moradores que começaram a chegar, cada vez em maior número, destituíram os limites predefinidos no projeto de Aarão Reis. Ao contrário do que foi planejado pelo engenheiro, o desenvolvimento da cidade aconteceu da periferia para o centro, o que acabaria por gerar uma zona urbana dotada de infra-estrutura, mas pouco habitada, enquanto seu entorno, as zonas suburbana e rural, eram povoadas e careciam de serviços do poder estatal para torná-las habitáveis (GUIMARÃES, 1991). Além disso, em função de os habitantes virem de diferentes lugares, as ocupações dos terrenos se caracterizavam pela ausência de laços de convivência anterior, pois muitas pessoas não se conheciam até então.

Com o tempo, a incapacidade do poder estatal em exercer controle sobre as ocupações desordenadas, aliada a seu interesse pela disponibilidade de mão-de-obra para dar continuidade à construção da capital, o fez fechar ainda mais os olhos para as ocupações de áreas sem a menor infra-estrutura. Desse modo, foi uma prática na história de Belo Horizonte o poder estatal não impedir que invasões de espaços públicos e privados acontecessem. Preocupava-se em removê-las somente

⁶ Eram chamadas de *cafuas* as casas de barro, cobertas de capim, localizadas ou não em áreas invadidas.

quando a valorização dos terrenos e a forma de ocupação do local ameaçavam em demasia o modelo idealizado para a nova capital e os novos projetos que foram sendo traçados para a mesma. A população removida ocupava outras áreas mais distantes e, anos depois, era novamente retirada.

Especialmente entre 1915 e 1918, período que compreende a Primeira Guerra Mundial, Belo Horizonte passou por uma grave crise. A cidade esvaziou-se em virtude das migrações provocadas pelo desemprego e pela falta de oportunidades de trabalho. Com a retomada do crescimento econômico, a partir de 1919, e também em função da instalação de siderúrgicas na cidade, a confiança em relação às perspectivas futuras da nova capital foi renovada. Conseqüentemente, houve nova migração e a retomada do aumento da população.

Marcada pelas características de sua fundação, ao longo das décadas, Belo Horizonte foi se desenvolvendo. Aos poucos, pequenas fábricas passaram a funcionar na capital, e obras inacabadas foram retomadas. Criaram-se as linhas de bonde e a cidade ganhou arborização com a inauguração de praças e jardins. Os empregos cresceram, e a cidade passou a atrair novos habitantes. Com a inauguração de cinemas e teatros, a cidade também foi ganhando vida cultural, artística e social. A população pobre e os operários, contudo, permaneciam nos botecos das periferias e favelas. Sem recursos financeiros para irem da zona suburbana à urbana e participarem das diversões pagas, poucos conseguiam ter acesso aos espaços de lazer da cidade. Além disso, na área urbana, eles eram constantemente abordados pela polícia que podia prendê-los, alegando vadiagem, ainda que estivessem somente passeando.

No decorrer dos anos, a expansão da cidade continuava a se dar de forma desordenada. A favela da Pedreira Prado Lopes, formada entre 1909 e 1914, em 1926 já contava com cerca de 600 barracos⁷. Com o crescimento acelerado da cidade, agravaram-se os problemas de energia elétrica e de abastecimento de água, atingindo toda a cidade, mas, especialmente, a periferia. O transporte municipal continuava a ser o bonde, mas este somente atendia a região central e alguns bairros. Paralelamente, desenvolveram-se as áreas ligadas à educação e à saúde. Em 1927, funda-se a Universidade de Minas Gerais e são criados alguns hospitais.

⁷ Eram considerados barracos as casas feitas de tábuas, cobertas de capim ou zinco, localizadas ou não em áreas invadidas.

A década de 30 será marcada por uma acentuada transformação econômica no País, que foi conduzida, em função da crise mundial de 1929, a uma política de industrialização. Tal crise exprimiu a impossibilidade de o País depender de forma exclusiva da monocultura do café e de importações para obter quase todos os bens de que necessitava para seu consumo. Isto, por ser o Brasil um país de grandes dimensões e, naquela época, com uma população de mais de 30 milhões de habitantes. Desse modo, a política de industrialização alterou, significativamente, as formas produtivas do País, conduzindo-o a um acelerado crescimento industrial.

Em Belo Horizonte, a década de 30 será marcada pela modernização, pois esta passa a ser vista como essencial para o desenvolvimento econômico da capital de Minas. Em função disso, as condições de vida, em Belo Horizonte, tornam-se uma preocupação eminente do poder estatal. Este se empenhou em retomar o controle do processo de expansão e ocupação dos espaços da cidade a fim de reordená-los. Diante do desenvolvimento que se buscava, era necessária a criação de um modelo territorial adequado. Tornou-se preciso, dessa maneira, preservar a área urbana, mas estender também o controle estatal às zonas suburbana e rural, o que passaria a significar uma noção e um controle mais integrados das áreas da cidade e da vida de sua população.

Em 1934, uma concepção ambientalista é introduzida na cidade de Belo Horizonte, e o saneamento torna-se uma prioridade para o poder estatal. A capacidade de expansão da infra-estrutura, dos serviços e de possibilidades de trabalho, contudo, não acompanhava o ritmo acelerado de crescimento da cidade. Paralelamente à modernização, o processo de formação das favelas teve continuidade. Nessa época já era possível registrar as seguintes favelas: Barroca (hoje o bairro Gutierrez); Pedreira Prado Lopes; Vila Palmital e Vila Santo André (hoje a região da Lagoinha); Pindura Saia (hoje bairro Cruzeiro); Arrudas (com o início das obras de canalização do rio Arrudas a favela foi desapropriada); Morro das Pedras; e a favela da Praça Raul Soares (extinta em 1935, sendo a população removida para o Morro das Pedras, por ordem da prefeitura).

Em 1937, Belo Horizonte já contava com uma população de 197.706 habitantes, sendo bastante significativo o número de pessoas que vivia em periferias e favelas, ainda sem infra-estrutura urbana e serviços básicos. A previsão dos idealizadores do projeto da nova capital era que a cidade alcançasse a marca de 200 mil habitantes, somente quando completasse seus 100 anos. Essa marca,

contudo, foi alcançada já no ano de 1939⁸.

Há que se destacar que foi durante a década de 30, época em que o poder estatal buscou reordenar os espaços da cidade, que se iniciou, tendo em vista notícias na imprensa a associação preconceituosa entre criminalidade e população das favelas. A *vida nua* (AGAMBEN, 2004), a simples vida vivida nos agrupamentos de casebres passou a ser notada e noticiada nos jornais da cidade como uma vida identificada com a promiscuidade, a malandragem e o crime. Dentre essas notícias, uma descreve um assassinato ocorrido na Vila Palmital: “[...] o crime de homem, ocorrido na Villa Palmital, é um ‘crime do morro’” (ESTADO DE MINAS, 1935, p.10). A reportagem, publicada no jornal Estado de Minas, de 09 de agosto de 1935, exibia como manchete esse assassinato e fazia um alerta: “[...] é agora que se principia a se formar em Bello Horizonte esse ambiente ‘do morro’, isto é, esses agrupamentos de casebres em promiscuidade, de barracões e botequins, em recantos afastados e onde pululam malandros e as mundanas de baixa extracção.” (ESTADO DE MINAS, 1935, p.10). Ainda, de acordo com a reportagem, a polícia deveria ficar atenta a esse ambiente do morro, tendo em vista o exemplo da polícia carioca, pois esta “[...] não atentou quando se dava o mesmo na Capital Federal e, hoje, tem a Favella, o Morro do Salgueiro, a Mangueira, a Saúde e o Morro de S. Carlos, antros da malandragem e do crime, que ela não pode mais destruir.” (ESTADO DE MINAS, 1935, p.10)⁹.

Ressalta-se que as favelas – palavra que alguns jovens entrevistados utilizaram para se referir à *Beira Linha* – passariam, com a efetiva modernização das cidades, a ser registradas oficialmente como área de habitações irregulares construídas em locais desprovidos de arruamentos, esgotos, água e luz. A atenção voltada para esses locais passaria a revelar a precariedade urbana, resultante da pobreza de seus moradores e da desatenção do poder estatal. Dessa precariedade surgiram imagens que, como escreve Zaluar (1998), “[...] fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade” (ZALUAR, 1998, p.8). Imagens segregatórias que, tendo em vista o contexto histórico de Belo Horizonte, foram presididas pelo

⁸ No ano 2000, de acordo com o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade já contabilizava 2.238.526 habitantes.

⁹ Naquela época, o modo de escrita grafava algumas palavras com duas letras L.

higienismo e pelo desenvolvimento econômico que marcaram, de maneira decisiva, o reordenamento dos espaços da cidade.

2.2 Beira Linha: a fundação de um novo território em Belo Horizonte

Os anos quarenta e cinquenta, em Belo Horizonte, concretizam o projeto de modernização e progresso da capital de Minas. Isto, com a implantação de várias indústrias e com o fortalecimento do comércio, o que tornou a área central da cidade valorizada. Iniciam-se as construções dos edifícios e intensifica-se a especulação imobiliária. De forma inovadora, a administração do prefeito Juscelino Kubitschek (JK), que ocorreu de 1940 a 1945, foi a principal responsável por alterar o perfil urbano da cidade e dar à capital seus primeiros ares de metrópole. Os primeiros traços ficaram a cargo do arquiteto Oscar Niemeyer. O Complexo Arquitetônico da Pampulha, o Palácio das Artes, o Edifício JK e a Biblioteca Pública são exemplos de uma arquitetura moderna que passou a fazer parte do cenário da cidade e que hoje compõe parte do roteiro turístico da capital.

O desenvolvimento e a modernização da cidade impulsionaram ainda mais seu crescimento. Avenidas como a Presidente Antônio Carlos e a Cristiano Machado foram abertas. Ampliou-se a verticalização da área central da cidade, que passou a ter edifícios cada vez mais altos. A cidade modernizava-se, mas crescia o cenário de minorias muito ricas e de grandes majorias indigentes. Nos anos 40 havia, na capital, duas grandes favelas: a favela da Barroca que contava com cerca de 3.000 habitantes e localizava-se na zona urbana (onde hoje se localiza a Assembléia Legislativa) e a Pedreira Prado Lopes, com igual número de habitantes.

A década de cinquenta também ficou caracterizada pelo intenso êxodo rural. Como conseqüência, tem-se a duplicação da população da cidade que passou, aproximadamente, de 350 mil para 700 mil habitantes (GUIMARÃES, 1991). Desse modo, os problemas urbanos e a falta de moradia agravaram-se. Visando o controle da expansão urbana, a prefeitura aumentou a fiscalização sobre os novos loteamentos, realizou novos cadastramentos da cidade, desapropriou áreas para a construção de equipamentos urbanos e foram doados terrenos a entidades filantrópicas, para que fossem construídas escolas.

Mesmo com a fiscalização da prefeitura, o crescimento da cidade manteve-se rápido e desordenado, o que acabou por transformar o perfil de Belo Horizonte, pois o progresso avançou pelas ruas da cidade sem respeito à sua memória e aos seus habitantes. No lugar das antigas construções e das áreas verdes foram surgindo novos edifícios e grandes indústrias. As árvores das avenidas Afonso Pena, Bias Fortes e Augusto de Lima foram arrancadas para dar passagem ao trânsito que, em 1968, já tinha pontos considerados críticos, como os cruzamentos das Avenidas Afonso Pena com Brasil, Getúlio Vargas e Contorno.

O crescimento de Belo Horizonte passou a influenciar o desenvolvimento das cidades vizinhas que também vieram a receber muitos investimentos. O progresso, contudo, não resolvia os problemas sociais. Desapropriações e demolições repetiam cenas do final do século XIX. As novas construções empurravam novamente alguns moradores para as áreas periféricas. Os problemas territoriais e sociais se perpetuavam e se tornavam cada vez mais visíveis com a ampliação do processo de favelização da cidade. Nesses locais, a pobreza e a miséria, a violência doméstica, as arbitrariedades policiais, a ausência de equipamentos e espaços públicos de lazer, cultura e esporte, dentre outros aspectos, entrelaçavam-se à manutenção cotidiana das desigualdades territoriais e sociais. Nesses espaços, organizações comunitárias, muitas vezes em parceria com instituições religiosas e estudantis, protestavam e lutavam por melhores condições de vida. Aos poucos, conquistavam acesso aos serviços básicos. Os problemas diminuía em algumas regiões, no entanto, muito ainda precisava ser feito.

Os primeiros registros do que viria a ser o Ribeiro de Abreu, bairro onde hoje se localiza a *Beira Linha*, datam da década de cinquenta. Nessa época, o terreno fazia parte de uma grande fazenda e guardava as características da zona rural prevista no projeto de criação da capital. As casas eram espaçadas, não existiam ainda ruas abertas nem serviços de infra-estrutura urbana básica. De acordo com as informações obtidas a partir das entrevistas não-dirigidas, de início, alguns terrenos foram usados para plantação, posteriormente, tornaram-se locais de construção das primeiras moradias. De acordo com uma moradora, “nessa época ainda não tinha a Beira Linha. Depois é que os moradores conseguiram fundar mesmo a Beira Linha” (entrevista com informante secundário, jan. de 2008).

Segundo os relatos dos moradores, primeiro, uma linha de trem da Rede Ferroviária deu forma a um trajeto. Este se estendeu por vários quilômetros na

região nordeste de Belo Horizonte. Seu ponto de partida estava onde hoje se identifica o bairro São Gabriel. Ao final dos anos 60, os trens começaram a passar, mas, no dizer de uma moradora, “o trem atolou e não teve mais como trançar” (informante secundário, jan. de 2008). Desativaram a linha, ficaram seus trilhos e britas. A Rede Ferroviária tentou, por vezes, impedir a ocupação dos terrenos às margens da estrada de ferro. Com o tempo, contudo, no percurso de trens que por lá poucas vezes passaram, pessoas vindas de distintas regiões se instalaram e fundaram, à margem de uma linha de trem, a Beira Linha. Ao longo dos anos, os trilhos foram arrancados e vendidos ou ainda encobertos pela terra retirada dos lotes para a construção das habitações.

Desde então, por toda a sua extensão, os moradores da Beira Linha criaram pontos de ocupação. Estes pontos se diferenciariam pelos nomes dos bairros existentes ou que foram surgindo e pelos quais a rua perpassa. Tem-se então: “a Beira Linha do Paulo VI”, “a *Beira Linha* do Ribeiro de Abreu”, “a Beira Linha do Belmonte” (diário de campo, 2004). Com isso, passariam a existir, no dizer dos moradores, “os moradores da Beira Linha de baixo”, “os da Beira Linha daqui”, “os da Beira Linha de cima”, “os de lá” e “os daqui”. Assim, a ocupação e a nomeação dos terrenos, por aqueles que ali foram se estabelecendo, constituíram, em Belo Horizonte, novos territórios.

Torna-se importante destacar que a ocupação da Beira Linha ocorreu, de acordo com alguns de seus moradores, de forma mais expressiva somente ao final da década de 80, resultado de migrações de pessoas vindas de cidades do interior de Minas, mas, também de outros estados como Ceará. A política econômica adotada no País, de forma mais contundente, a partir da instauração do regime militar em 1964, mas perpetuada após seu fim, pode ter sido decisiva para esse processo migratório. A expectativa, por parte de alguns moradores da *Beira Linha*, de encontrar, em Belo Horizonte, oportunidades de trabalho e possibilidades de melhorias das condições de vida catalisou algumas migrações. O crescimento econômico do País e da capital de Minas Gerais não correspondeu, contudo, às expectativas. Agravou, ainda mais, as desigualdades territoriais e sociais brasileiras. A riqueza permaneceu concentrada nas mãos de poucos e o aumento da população pobre se fez registrar, de acordo com moradores também na *Beira Linha*.

2.3 As armas de fogo e o crack: outros objetos na composição dos territórios

O movimento de 31 de março de 1964 instaurou no País o regime militar. Este se estendeu até o ano de 1985. Através de decretos, chamados Atos Institucionais (AI), garantias constitucionais foram suspensas. Inúmeras perseguições aos adversários do regime ocorreram, o que acabou por gerar prisões e torturas.

No plano econômico, o regime militar optou pela ativa incorporação do capitalismo exercido por empresas nacionais e internacionais. O modelo econômico adotado durante o período do governo Médici (1969 a 1974) levou ao chamado *milagre brasileiro* (FAUSTO, 2000) ou *milagre econômico* (SANTOS, 1996). Este *milagre*, no entanto, tornou o País ainda mais dependente de fatores externos e acentuou, em vez de reduzir, as enormes desigualdades territoriais e sociais.

Durante a década de 70, o *milagre econômico* chega ao fim. Apesar de o País ter experimentado altas taxas de crescimento, houve um aumento muito grande de sua dívida externa. O dinheiro estrangeiro visava custear obras, como a Usina de Itaipu, e saldar dívidas contraídas em governos anteriores. Com o aumento da dívida externa, tornou-se muito difícil conseguir novos empréstimos, o que provocou nova estagnação da economia e aumento excessivo da inflação.

Outro aspecto negativo do *milagre*, citado por Boris Fausto (2000), e que viria a perdurar após seu fim, foi a desproporcionalidade entre o avanço econômico e o abandono dos programas sociais pelo Estado. O Brasil iria se destacar no cenário internacional em função de seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação. Indicadores que medem a qualidade de vida de uma população.

O que se destaca é que o sistema econômico adotado, notadamente a partir de 1964, não apresentava nenhuma correspondência com a realidade territorial e social do País. Fez-se um apelo a um consumo impossível de ser generalizado, já que grande parcela da população, que migrava de diferentes regiões e se concentrava, sobretudo, nas áreas urbanas, não dispunha de poder aquisitivo (SANTOS, 1996).

Com o governo Geisel (1974-1979), esboça-se a restauração da democracia com a supressão dos Atos Institucionais e o retorno, em 1979, da plena vigência da Constituição. O final dos anos 70 e início da década de 80 será marcado pela

concessão da anistia, pelo surgimento e atuação expressiva dos movimentos sociais de base popular, como as associações de bairro, os grupos estudantis, movimentos de mulheres dentre outros, pela reorganização partidária e por greves operárias¹⁰, em especial, no estado de São Paulo. Em 1984, milhares de pessoas apoiariam a campanha das *Diretas Já*, que reivindicava a escolha direta do presidente da república. Em 1985, a última eleição indireta marca o fim do regime militar. Tancredo Neves é eleito¹¹, mas, na véspera de sua posse, sofre uma internação hospitalar em função de fortes dores abdominais. No dia 21 de abril de 1985, Tancredo falece vítima de infecção generalizada. Sua morte provocaria uma comoção nacional. Em Belo Horizonte, o corpo foi velado no Palácio da Liberdade e uma multidão de pessoas prestou a Tancredo diferentes homenagens.

Com a morte de Tancredo Neves, o vice-presidente José Sarney assume o poder. Durante o governo Sarney (1985 -1990) foi promulgada a nova Constituição. Com a promulgação, em 1988, da Constituição da República Federativa do Brasil, diferentes condições para a participação popular foram criadas, tais como os conselhos de políticas e as formas de participação em nível local (AVRITZER, 2006). Além disso, as políticas públicas efetivadas a partir de então, favoreceram o acesso da população pobre a serviços de saúde e educação dentre outros, direitos sociais garantidos pela Constituição, já que inexistentes, há muito, para todos.

Destaca-se que foi em 13 de julho de 1990 que entrou em vigor no País o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Conseqüência da luta de diferentes movimentos sociais, o ECA tornou-se um instrumento legal que marcou o início de um processo de profunda transformação social e jurídica, ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos em desenvolvimento e com direitos legítimos. Com a implementação do que se encontra previsto no ECA, busca-se a efetiva garantia da proteção integral e prioritária dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, por parte da família, da sociedade e do Estado. O fato de serem reconhecidos juridicamente, contudo, ainda não representou uma mudança clara na vida cotidiana, pois a realidade de muitas crianças e adolescentes permanece constantemente

¹⁰ Presidente eleito do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luis Inácio Lula da Silva era o principal líder do movimento sindicalista. Em 1980, juntamente com outros sindicalistas, intelectuais, acadêmicos, políticos e representantes de movimentos sociais, Lula fundou o Partido dos Trabalhadores (PT).

¹¹ Como senador, Fernando Henrique Cardoso teve lugar de destaque na articulação da candidatura de Tancredo Neves à presidência. Ao final de 1988, saiu do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para fundar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

marcada pela violação de direitos. Como destaca Volpi (2000), a distância, muitas vezes astronômica entre o direito e a realidade impõe um grande desafio: “[...] melhorar a realidade sem piorar a lei.” (VOLPI, 2000, p.34).

Mas deve-se ressaltar que a transição política do autoritarismo para o regime democrático no Brasil, assim como em outros países da América Latina, se fez acompanhar de uma transição econômica que aumentou ainda mais a pobreza, atingindo, sobretudo e mais uma vez, os segmentos populares (LEEDS, 1998). Os governos de José Sarney e de Fernando Collor de Melo¹² foram marcados por arrochos salariais, aumento do desemprego e surtos inflacionários.

Durante o governo Itamar Franco (1992-1994), foi elaborado pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e por sua equipe de economistas, um plano de controle inflacionário. O *Plano Real*, como ficou conhecido, proporcionou a valorização da moeda nacional, o controle da inflação e favoreceu o aumento do poder de compra da população. A estabilidade econômica alcançada com o *Plano Real* foi mantida durante o governo de Fernando Henrique. Este tomou posse em 1995 e, após vencer novamente as eleições em 1999, permaneceu na presidência até o ano de 2002.

O sucesso da estabilização econômica, entretanto, pouco alterou o quadro de desigualdade social no País. O agravamento da crise fiscal do setor público mantinha a impossibilidade de investimento efetivo em serviços básicos. Desse modo, durante a década de 90, ocorreu, em Belo Horizonte, entre vários outros fatos, o sucateamento das polícias de Minas Gerais, com uma nítida escassez de recursos logísticos e humanos (ASSIS, 2000). Em 1996, a imprensa começava a noticiar esse sucateamento, em especial, o da Polícia Militar. Críticas denunciavam a demora ou a falta de atendimento às ocorrências que, então, se multiplicavam pela cidade interferindo na sensação de segurança da população (SILVA, 1998).

A crescente insegurança de diferentes parcelas da população de Belo Horizonte, contudo, já vinha sendo noticiada ao longo de décadas anteriores. Em 1973, a imprensa já divulgava a preocupação da população com “[...] um bando de

¹² Apoiado pela mídia e por setores empresariais, Fernando Collor foi eleito por meio de voto direto previsto na Constituição e assumiu a presidência em 1990. O envolvimento do presidente em um esquema de corrupção, que foi comprovado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), culminou com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do pedido de *impeachment*. Por meio dessa medida, o presidente pôde ser deposto e foi automaticamente substituído pelo vice-presidente Itamar Franco.

ladrões mirins” (SILVA, 1998, p.186) que atuavam no centro da cidade e em alguns bairros. Em 1981, a superlotação e a falta de higiene caracterizavam o cenário dos órgãos encarregados da detenção de presos. O Departamento de Investigações da Polícia Civil, mais conhecido como Depósito de Presos da Lagoinha, já mantinha os detentos em péssimas condições. Em 1987, a preocupação com os assaltos realizados por “[...] menores de rua” (SILVA, 1998, p.198) permanecia e, em 1994, às notícias diárias nas páginas dos jornais sobre roubos e apreensões de grandes quantidades de crack somavam-se as manchetes de assassinatos em favelas e regiões periféricas da cidade.

Voltado para *menores de rua*, o projeto *Menino de Rua* foi lançado, em Belo Horizonte, em 1985. Neste mesmo ano, o Clube de Diretores Lojistas tentou criar vagas remuneradas no mercado de trabalho para jovens menores de 18 anos, tentativa que foi recusada por sindicatos e empresários. Em 1987, foi criado o Projeto Pró-Favela. Com este Projeto, a Prefeitura de Belo Horizonte iniciou o processo de urbanização de algumas favelas visando garantir infra-estrutura para as mesmas. Em 1990, a Prefeitura, seguindo as diretrizes do ECA, cria um novo Programa voltado para abordagem e acompanhamento de crianças e adolescentes moradores de rua e suas famílias: o Programa Miguilim. Já em 1998, a Prefeitura assume a execução da medida socioeducativa de liberdade assistida, prevista no ECA, e cria o Programa Liberdade Assistida.

Apesar das estratégias e esforços do governo municipal e instituições não governamentais, Belo Horizonte, durante a última década do século XX, assim como outras diferentes cidades do País, passou a registrar um aumento expressivo da criminalidade violenta¹³. Em Belo Horizonte, segundo dados da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS), saltou-se de 357 homicídios, em 1997, para 856, em 2002. No intervalo de cinco anos, o número de homicídios, na capital de Minas, cresceu cerca de 250%. De acordo com dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), citados por Silveira (2007), 79,7% dos homicídios cometidos em Belo Horizonte, no ano de 2000, foram por arma de fogo. Ainda de acordo com dados da SEDS, em 1997, o número total de crimes violentos por ano, em Belo

¹³ No Brasil, de acordo com dados do Ministério da Saúde, publicados no **Relatório de Desenvolvimento Brasil 2005**, construído pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Brasil, o país passou de 11,7 homicídios por 100 mil habitantes, em 1980, para 30,6 por 100 mil habitantes, em 2001. Durante esse período, foram registrados 646.158 assassinatos, contabilizando quase 30 mil homicídios por ano.

Horizonte, era cerca de 12.000. Em 1998, foram aproximadamente 14.500 e, no ano seguinte, já eram registrados mais de 18.000 crimes violentos, por ano, na capital.

Uma pesquisa produzida, em 2002, pelo CRISP, denominada **Mapa de Violência de Belo Horizonte**, além de dar visibilidade ao acentuado crescimento de crimes violentos, em Belo Horizonte, demonstrou, por meio de uma análise espacial da capital, que a ocorrência dos homicídios concentrava-se em determinadas regiões da cidade, de forma marcante em seis dos mais de 80 conglomerados urbanos existentes na capital naquela época. A pesquisa tornava inverídica, assim, a associação corriqueira feita entre favela e criminalidade, mas confirmava que o maior número de vítimas de homicídios era registrado em locais em que a renda média era menor e os serviços públicos e privados bem mais precários. A proximidade da moradia entre as vítimas, em sua grande maioria, jovens, negros, do sexo masculino e com idade entre 15 e 29 anos, foi outro dado marcante, pois muitos assassinatos aconteciam entre vizinhos. Mais que uma explosão da criminalidade, os dados de homicídios apontavam, segundo o sociólogo e coordenador do CRISP Cláudio Beato, para uma implosão, pois a pesquisa demonstrou que a maior porcentagem dos assassinatos ocorria no interior de comunidades específicas, em que vítimas e agressores coabitavam o mesmo espaço e ali tinham sua origem.

De acordo com o Beato (2006), um conjunto complexo de fatores pode ser associado ao crescimento dos homicídios. Para ele, destacam-se, contudo, como pano de fundo para esse crescimento dos homicídios em Belo Horizonte, o aumento da venda de *crack* e de armas de fogo na cidade. Estas passaram a ser vendidas, segundo ele, a um preço cada vez menor e a serem usadas por pessoas cada vez mais jovens.

Na Beira Linha, segundo alguns entrevistados, a venda de drogas ilícitas sempre fez parte do cotidiano. A maior circulação de dinheiro passou a ocorrer, contudo, ao final da década de 90, em função, exatamente, do início da comercialização do *crack*. Essa comercialização, segundo alguns entrevistados, produziu impactos que se relacionam ao aumento do número de roubos na região, mas não é realizada uma associação no que se refere aos homicídios. Nessa mesma época, entretanto, as armas de fogo, até então raras, “começaram a

aparecer desmembrado” (entrevista com informante secundário, jan. de 2008) ¹⁴. Aliado à circulação das armas, cabe destacar outro fator que se mostrou decisivo para o aumento dos homicídios naquele território: as novas formas de convivência que ali se constituíram após sua urbanização.

2.4 A urbanização da Beira Linha e o início das *guerras*

Na Beira Linha, a escassez vivida por seus moradores propiciou, como em outros locais de Belo Horizonte, a invenção de alternativas de moradia e movimentação. Ora moradias feitas de lonas ou de madeira, ora dois cômodos de alvenaria para abrigar uma família de mais de 10 pessoas. A iluminação elétrica chegou à *Beira Linha* por meio de ligações clandestinas em postes localizados em ruas vizinhas ou por ligações vindas de padrões localizados em ruas próximas. Como lembra um jovem entrevistado: “antes era tudo de terra. Não tinha asfalto, não tinha luz. Não tinha iluminação da CEMIG” (entrevista com jovem, dez. 2007). Alguns moradores contam que sacolas nos pés protegiam da poeira cotidiana e do “puro barro” (entrevista com jovem, dez. 2007) dos dias de chuva. De acordo um jovem, “antes de a Beira Linha ser asfaltada atolava o pé no barro. Tinha que colocar plástico no pé pra poder sair” (entrevista com jovem, dez. de 2007). Em dia de chuva, segundo um outro jovem, “era um lamaçal. Atolava. Às vezes até perdia o chinelo. Eu nem saía” (entrevista com jovem, dez. 2007).

Próximo ao encontro da Beira Linha com a Rua Bertalha existia um grande desnível de terreno provocado pela erosão e que foi denominado pelos moradores da Beira Linha como *buracão*. No dizer de um jovem: “aqui antes era um buracão. Era sem asfalto” (entrevista com jovem, dez. de 2007). De acordo um outro jovem, “antes era de terra, foi em época de eleição que vieram e asfaltaram” (entrevista com jovem, dez. 2007). Segundo os entrevistados, na época do *buracão*, os

¹⁴ Torna-se necessário uma maior compreensão sobre o processo de comercialização de drogas ilícitas e de armas de fogo na região. Segundo relato dos moradores, parte das primeiras armas parece ter vindo, contudo, de regiões de Belo Horizonte como Taquaril e Pedreira Prado Lopes, mas a grande maioria, das capitais dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Os compradores deslocavam-se até essas cidades, e a maior parte do dinheiro para a aquisição das armas era fruto de roubos de carros e bancos. Algumas armas parecem ter sido conseguidas por meio do contato de alguns jovens com policiais militares e civis.

moradores da Beira Linha, mesmo com o *puro barro*, transitavam pelos diferentes pontos de ocupação da rua citados anteriormente.

No início do século XXI, o então pároco da igreja Pai Misericordioso, padre Argemiro Moreira, reuniu um grupo de missionários que realizou inúmeras visitas aos moradores da Beira Linha. Durante as missões, foram programadas algumas palestras com temáticas relacionadas à família, drogas, álcool, desemprego, governo e política. Essas palestras aconteciam nos espaços dos quatro Núcleos¹⁵ criados pela igreja em localidades distintas da Beira Linha. Segundo uma moradora, “padre Argemiro considerava que a Beira Linha era um lugar que precisava mais de igreja que o Paulo VI”¹⁶ (entrevista com informante secundário, jan. de 2008).

Preocupado com as condições de vida descortinadas por meio das missões, Padre Argemiro levou à Beira Linha, com a colaboração da Associação de Moradores da Beira Linha, o então prefeito de Belo Horizonte e candidato à reeleição Célio de Castro. Este, durante a visita, assumiu com a população local o compromisso de urbanizar a Beira Linha: “[...] não é possível que essa área continue dessa maneira. Fico envergonhado de ter um pedaço da cidade, onde mora gente digna e trabalhadora, nessas condições [...] não estou pedindo votos, estou assumindo um compromisso como prefeito de Belo Horizonte” (ESTADO DE MINAS, 2000, p.1). A obra de urbanização teve início em 2001 e atingiu a extensão da Beira Linha que perpassa os bairros Ribeiro de Abreu, Belmonte e Nazaré. A região da Beira Linha, localizada no bairro Conjunto Paulo VI, ainda hoje permanece sendo de terra.

De acordo com os jovens entrevistados, a urbanização trouxe, entre outros, o asfalto, a melhoria das habitações, a circulação de carros e o aumento do comércio. Nas palavras de dois jovens: “agora passa caminhão, carro. Ambulância chega até na porta” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “mudou demais. Agora passa carro, cresceu até o comércio” (entrevista com jovem, dez. de 2007). Com a inauguração da obra, a Prefeitura deu um novo nome à rua. Em homenagem ao padre que lutou pelas melhorias da Beira Linha e que faleceu sem ver a obra concluída, a rua passou a ser denominada Padre Argemiro Moreira. A grande parcela dos

¹⁵ Os Núcleos são espaços nos quais são celebradas missas e realizadas atividades junto aos moradores. São divididos de acordo com a localização na Beira Linha: Núcleo 1 – “Menino Jesus”, no bairro Paulo VI; Núcleo 2 – “São Vicente”; no bairro Ribeiro de Abreu; Núcleo 3 – “Rainha da Paz”, no bairro Belmonte; e Núcleo 4 – “Santo Antônio”, no bairro Nazaré.

¹⁶ Paulo VI é o bairro onde a paróquia está localizada.

moradores, contudo, ainda se refere à rua como Beira Linha. Como diz um dos jovens entrevistados, “todo mundo conhece mesmo é como Beira Linha” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

Com o asfalto, o *buracão* deixou de existir e alguns moradores que residiam à margem do mesmo foram desapropriados e indenizados. A urbanização favoreceu o acesso a serviços básicos como iluminação pública e saneamento, mas, também, como considera um dos jovens entrevistados, aproximou pessoas.

Depois que enterrou o buracão começou a ter acesso para os dois lados. Enterrou, foi certo, precisava mesmo, mas ninguém esperava [...] É que ficou pequeno, juntou mais nós com o pessoal lá de cima. Passou a ser vizinho. Passou a conviver mais um com o outro. Passou a ter amizade com os lá de baixo [moradores do bairro Conjunto Paulo VI] e os de cima [moradores do bairro Belmonte] (Entrevista com jovem, dez. de 2007).

Ressalta-se que, em um momento posterior ao da convivência inicial, os vínculos que haviam unido alguns moradores foram, contudo, abalados. Instauraram-se conflitos entre alguns jovens que, posteriormente à urbanização, passaram a conviver mais. Esses conflitos materializaram-se, contudo, em atos violentos, pois as *guerras* – palavra utilizada por todos os jovens entrevistados – entre alguns moradores da *Beira Linha* e outros dos bairros Conjunto Paulo VI e Belmonte estouraram. Nas palavras de um jovem: “era tranqüilo antes, quando não tinha asfalto. Era bom, não tinha guerra. Mas não tinha luz, era ‘gato’, não tinha poste” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

No dizer de alguns jovens, encontram-se certos elementos que se articulam ao início da *guerra* que envolveu alguns jovens da *Beira Linha* e moradores do bairro Conjunto Paulo VI: “é muito olho grande. Não sustenta com o que tem, aí quer o dos outros [...] é que os de lá [moradores do bairro Conjunto Paulo VI] veio querendo mandar em nós. Mas, aqui não! Aqui cada um é dono de si, responde pelo que faz” (entrevista com jovem, jan. de 2008); “antes era mais legal. Aí um roubou o outro, um morreu, outro morreu [...] é que os de lá [moradores do bairro Conjunto Paulo VI] começou a ter arma, a achar que era melhor que os outros, que podiam mandar” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

Posteriormente ao início da *guerra* entre os jovens da *Beira Linha* e os moradores do Conjunto Paulo VI, estourou também o conflito com os moradores do bairro Belmonte. De acordo com um dos entrevistados, jovens da *Beira Linha*, que

estavam armados e conversando em uma esquina, foram surpreendidos por outros dois jovens que saíram de um lote vago. Este se situava próximo ao local onde conversavam. Sem saber quem era e temendo serem mortos, eles atiraram em direção aos jovens. Tratava-se, contudo, de amigos de moradores do bairro Belmonte. A morte de um desses jovens teria desencadeado um novo conflito e, com este, a *guerra* foi pluralizada. Com as *guerras*, a Beira Linha tornar-se-ia o cenário de constantes tiroteios e de homicídios. O encontro entre as ruas Paulo Campos Mendes e Beira Linha constitui-se como um dos locais desse cenário, bem como o encontro entre a Beira Linha e a Rua Bertalha.

2.5 Sobre o início das *guerras*: possíveis recortes teóricos

Em 1921, em **Psicologia de grupo e análise do ego**, Sigmund Freud ressalta, logo no primeiro parágrafo, que o contraste existente entre a psicologia individual e a psicologia social perde nitidez ao ser examinado mais de perto. Mesmo que a psicologia individual tome o homem individualmente e explore os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para suas pulsões, Freud destaca que

[...] apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social. (FREUD, 1997a, p.81).

Para Freud, todas as relações do indivíduo como aquelas estabelecidas com seus pais, irmãos, seu objeto de amor e também a relação com o analista podem ser consideradas fenômenos sociais. Tais fenômenos se constituem, entretanto, em torno de uma dessimetria. Nesse sentido, a partir das perguntas sobre o que seria um grupo e como este adquire a capacidade de exercer influência sobre a vida mental de um indivíduo, Freud, ao longo do texto, busca problematizar a natureza das relações emocionais que existem entre os homens em geral e sustentar a idéia de que a essência de um grupo reside nos laços libidinais estabelecidos entre seus

membros. Utilizando a igreja e o exército como referências de grupos artificiais, Freud destacará que o laço com o líder, pelo menos no caso desses dois grupos, exerce um fator mais dominante do que o estabelecido entre seus membros.

No desenvolvimento de suas elaborações, Freud ressalta que a natureza das relações emocionais que se estabelecem entre os homens não tolera uma aproximação demasiadamente íntima. Para Sigmund Freud, “[...] as provas da psicanálise demonstram que quase toda relação emocional íntima entre duas pessoas que perdura por certo tempo – casamento, amizade, as relações entre pais e filhos – contém um sedimento de sentimentos de aversão e hostilidade” (FREUD, 1997a, p.112). Esses sentimentos encontram-se, segundo Freud (1997a), menos disfarçados nas disputas ardorosas entre sócios comerciais ou nas reclamações de um subordinado em relação a seu superior. O mesmo acontece quando os homens se reúnem em unidades maiores. Assim, duas cidades vizinhas rivalizam; cada pequeno cantão encara os outros com desprezo. Raças estreitamente aparentadas mantêm-se a certa distância uma da outra, como no caso do espanhol que despreza o português. Sigmund Freud considera que não deve ser mais causa de espanto que diferenças maiores conduzam a uma repugnância quase insuperável, tal como a que as raças brancas sentem pelos povos de cor.

Esse sentimento de hostilidade, de acordo com Sigmund Freud, quando dirigido contra pessoas que de outra maneira são amadas, é descrito como ambivalência de sentimentos e é explicado em função de conflitos de interesses que advêm em relações mais próximas. Diante de antipatias e aversões indisfarçadas sentidas por estranhos identifica-se a expressão do amor por si mesmo, do narcisismo. Mas, segundo Freud (1997a),

[...] quando um grupo se forma, a totalidade dessa intolerância se desvanece, temporária ou permanentemente, dentro do grupo. Enquanto uma formação de grupo persiste ou até onde ela se estende, os indivíduos do grupo comportam-se como se fossem uniformes, toleram as peculiaridades de seus outros membros, igualam-se a eles e não sentem aversão por eles. Uma tal limitação do narcisismo, de acordo com nossas conceituações teóricas, só pode ser produzida por um determinado fator, um laço libidinal com outras pessoas. O amor por si mesmo só conhece uma barreira: o amor pelos outros, o amor por objetos (FREUD, 1997a, p.1113).

Para Freud (1997a), “[...] no desenvolvimento da humanidade como um todo, do mesmo modo que nos indivíduos, só o amor atua como fator civilizador, no

sentido de ocasionar a modificação do egoísmo em altruísmo” (FREUD, 1997a, p.114). Nesse sentido, se, nos grupos, o narcisismo está sujeito a limitações que não ocorrem fora deles, isso é, de acordo com Freud, prova irrefutável de que a essência de uma formação grupal consiste em novos tipos de laços libidinais entre seus membros, e a natureza desses laços encontra-se relacionada à identificação. A natureza do laço mútuo que existe entre os membros de um grupo relaciona-se, de acordo com Freud, a uma identificação cuja fonte é uma qualidade emocional que os membros do grupo compartilham. Essa qualidade reside na natureza do laço com o líder, no caso daqueles grupos que o têm.

Em 1930, desta vez em sua obra **O mal-estar na civilização** Freud (1997b) ressalta que o sofrimento humano provém de três fontes: a fragilidade do próprio corpo, o poder superior da natureza e, de modo especial, a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos entre os seres humanos. As duas primeiras fontes, de acordo com Freud, são admitidas, o que não ocorre em relação à fonte social do sofrimento. Isto porque não se pode perceber por que os regulamentos estabelecidos pelos próprios homens não geradores de desconforto. Diante disso, Freud busca problematizar a natureza da civilização, pois esta é vista como responsável por grande parte do sofrimento humano.

Assim, para Sigmund Freud, a civilização representa a soma das realizações e regulamentos que distinguem a vida humana da dos animais e servem a dois objetivos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de regular os seus relacionamentos sociais. Relacionamentos estes, “[...] que afetam uma pessoa como próximo, como fonte de auxílio, como objeto sexual de outra pessoa, como membro de uma família e de um Estado.” (FREUD, 1997b, p.48). A primeira tentativa de regulação dos relacionamentos mútuos dos homens é vista, por Sigmund Freud, como o elemento que enuncia a entrada em cena da civilização.

A vida humana em comum só se torna possível quando se reúne uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado e que permanece unida contra todos os indivíduos isolados. O poder dessa comunidade é então estabelecido como “direito”, em oposição ao poder do indivíduo, condenado como “força bruta”. A substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade constitui o passo decisivo da civilização. Sua essência reside no fato de os membros da comunidade se restringirem, em suas possibilidades de satisfação, ao passo que o indivíduo reconhece tais restrições. A primeira exigência da civilização, portanto, é a justiça, ou seja, a garantia de que uma lei, uma vez criada, não será violada em favor de um indivíduo. (FREUD, 1997b, p.49).

No decorrer do desenvolvimento cultural, a lei deixa de ser a expressão da vontade de uma pequena comunidade. O resultado é, então, o estabelecimento de um estatuto legal para o qual todos, exceto aqueles incapazes de ingressar numa comunidade, contribuiram com um sacrifício de suas pulsões. A renúncia à satisfação pulsional seria a base sobre a qual a civilização é construída e nela reside a causa da hostilidade contra a qual a civilização tem que lutar.

Freud, ao longo do texto, irá destacar que a existência em todos os homens de uma satisfação ligada à inclinação para agressão constitui fator perturbador dos relacionamentos sociais, o que força a civilização a utilizar esforços supremos a fim de estabelecer limites para as pulsões agressivas. Daí, portanto,

[...] o emprego de métodos destinados a incitar as pessoas a identificações e relacionamentos amorosos inibidos em sua finalidade, daí a restrição à vida sexual e daí, também, o mandamento ideal de amar ao próximo com a si mesmo, mandamento que é realmente justificado pelo fato de nada mais ir tão fortemente contra a natureza original do homem (FREUD, 1997b, p.68).

Mas, de acordo com Freud, os homens não renunciam facilmente a satisfação dessa inclinação para a agressão, já que sem ela não se sentem confortáveis. Desse modo, nenhum mandamento moral, nenhuma lei é capaz de coibir de forma integral as manifestações da agressividade humana. Nesse sentido, de acordo com Freud, não se deve desprezar a vantagem que um grupo cultural, comparativamente pequeno, oferece ao conceder às pulsões agressivas um escoadouro sob a forma de hostilidade contra intrusos. Assim, “[...] é sempre possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobrarem outras pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade” (FREUD, 1997b, p.71). Sigmund Freud faz, então, referência ao *narcisismo das pequenas diferenças*, expressão que enunciara, pela primeira vez, em 1918, em seu texto **O tabu da virgindade**. Nesse texto, Freud escreve:

[...] Crawley, numa linguagem que difere apenas ligeiramente da terminologia habitual da psicanálise, afirma que cada indivíduo é separado dos demais por um ‘tabu de isolamento’ e que são precisamente as pequenas diferenças entre pessoas, quanto ao resto semelhantes que formam a base dos sentimentos de estranheza e hostilidade entre elas. Seria tentador desenvolver essa idéia e derivar desse ‘narcisismo das pequenas diferenças’ a hostilidade que em cada relação humana observamos lutar vitoriosamente contra os sentimentos de companheirismo e sobrepujar o mandamento de que todos os homens devem amar ao próximo (FREUD, 1997c, p.101).

Já em **O mal-estar na civilização** Freud situa o narcisismo das pequenas diferenças como “[...] uma satisfação conveniente e relativamente inócua da inclinação para a agressão, através da qual a coesão entre os membros da comunidade é tornada mais fácil.” (FREUD, 1997b, p.71). Mas, segundo Freud, há que se admitir que a hostilidade mútua entre os homens se opõe ao processo civilizatório e o ameaça permanentemente. A civilização, desse modo, constitui o caminho necessário ao desenvolvimento da família à humanidade como um todo, mas instaura um conflito que advém da ambivalência da eterna luta entre as tendências de amor e de morte. Conflito este que, de acordo com Freud, “[...] é posto em ação tão logo os homens se defrontem com a tarefa de viverem juntos” (FREUD, 1997b, p.94).

Assim, em função de a civilização impor sacrifícios aos homens, pode-se compreender melhor, segundo Freud, o porquê de a mesma ser responsável por grande parte do sofrimento humano. As críticas feitas pelos homens à civilização põem à mostra a sua imperfeição. Pode-se esperar, entretanto, que a efetuação de gradativas alterações, ao ser produtora de uma maior satisfação, contribua para que a civilização escape às críticas. Mas, segundo Freud, “[...] talvez possamos também nos familiarizar com a idéia de existirem dificuldades, ligadas à natureza da civilização, que não se submeterão a qualquer tentativa de reforma.” (FREUD, 1997b, p.73). Além das restrições impostas pela civilização, Sigmund Freud reivindica atenção para

[...] o perigo de um estado de coisas que poderia ser chamado de “pobreza psicológica dos grupos”. Esse perigo é mais ameaçador onde os vínculos de uma sociedade são principalmente constituídos pelas identificações dos seus membros uns com os outros, enquanto que indivíduos do tipo de um líder não adquirem a importância que lhes deveria caber na formação de um grupo. O presente estado cultural dos Estados Unidos da América nos proporcionaria uma boa oportunidade para estudar o prejuízo à civilização que assim é de se temer (FREUD, 1997b, p.73).

A partir dessa reivindicação de Sigmund Freud, pode-se retomar o que Lacan (1998), em seu texto **Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia**¹⁷ enuncia:

¹⁷ Este texto é o registro de uma comunicação de Lacan para a XIII Conferência dos Psicanalistas de Língua Francesa, em 29 de maio de 1950.

[...] o psicanalista pode apontar ao sociólogo as funções criminogênicas próprias de uma sociedade que, exigindo uma integração vertical extremamente complexa e elevada da colaboração social, necessária a sua produção, propõe aos sujeitos, aos que ele se dedica, ideais individuais que tendem a se reduzir a um plano de assimilação cada vez mais horizontal.

Essa fórmula designa um processo cujo aspecto dialético podemos exprimir sucintamente, observando que, numa civilização em que o ideal individualista foi alçado a um grau de afirmação até então desconhecido, os indivíduos descobrem-se tendendo para um estado em que pensam, sentem, fazem e amam exatamente as mesmas coisas nas mesmas horas, em porções do espaço estritamente equivalentes.

Ora, a noção fundamental da agressividade correlata a qualquer identificação alienante permite discernir que deve haver, nos fenômenos de assimilação social a partir de uma certa escala quantitativa, um limite, no qual as tensões agressivas uniformizadas têm de se precipitar em pontos onde a massa se rompe e se polariza. (LACAN, 1998, p.146).

Desde então, Jacques Lacan apontava para os efeitos decorrentes do processo de expansão do modo de produção capitalista. Processo produtor de uma assimilação social cada vez mais horizontal e para a qual Sigmund Freud, em 1930, já reivindicava atenção. Tal assimilação, levada ao extremo, mostra sua correlação com uma tensão agressiva.

Assim, diante do que elaboram Sigmund Freud e Jacques Lacan, pode-se dizer que, na Beira Linha, com as *guerras* não só o mandamento *amar ao próximo como a ti mesmo* se mostrou incapaz de coibir a agressividade, como, também, o mandamento *não matarás*. Desse modo, a implosão dos homicídios na Beira Linha também se fez registrar em função de conflitos armados travados entre jovens de territórios vizinhos. Ressalta-se, entretanto, que esses conflitos e a conseqüente ascensão dos homicídios eclodiram após os jovens e demais moradores terem sido defrontados com a tarefa de viverem juntos em um novo território, tendo em vista a desmontagem provocada pela urbanização da Beira Linha. Esta, num primeiro momento, foi marcada pelo fim do *buracão* e do *puro barro*, bem como por uma expectativa relacionada à melhoria das condições de vida e pelo estabelecimento de uma outra forma de vizinhança. Entre alguns jovens passaram a existir, inclusive, laços de amizade, expressão de identificações que podem ser chamadas de horizontais. Essas identificações, entretanto, não mantiveram esses jovens unidos. A morte de um jovem teria motivado o início dos conflitos relacionados ao bairro Belmonte. Os conflitos que envolveram moradores do bairro Conjunto Paulo VI apontam, entretanto, para uma agressividade que foi posta em ato como forma de produzir delimitações.

Assim, na Beira Linha, em tempos de democracia e ascensão do capitalismo, a urbanização promoveu o necessário acesso a direitos, mas, de maneira concomitante, favoreceu o estabelecimento de uma similitude entre os territórios. Isto porque contribuiu para que também se materializasse ali a abertura das fronteiras e do comércio. A assimilação social, entretanto, teve seu limite estabelecido quando a ostentação de armas de fogo e a tentativa de domínio por parte de moradores do Conjunto Paulo VI foram tomadas por jovens moradores da *Beira Linha*, como exigências não admissíveis. Diante desse cenário, no qual se estabeleceu o aumento da tensão agressiva, polarizaram-se grupos que materializaram aquilo que Sigmund Freud chamou de *narcisismo das pequenas diferenças*. As *guerras*, entretanto, expressaram em ato as rivalidades e houve, na *Beira Linha*, diante da precária presença do poder estatal, a criação de novas formas de regulação do irregular da convivência humana.

Nesse sentido, merece destaque o que já esteve escrito em algumas paredes de casas da *Beira Linha*, que estão voltadas para a rua: “Não atravessar a não ser trabalhador” (diário de campo, 2007); “Não conversar com o nome dos outros” (diário de campo, 2007). As duas restrições, de acordo com moradores, foram instauradas após a urbanização pelo grupo de jovens diretamente envolvidos com os conflitos armados.

Foi com o estabelecimento das *guerras* que o ir e vir dos moradores da *Beira Linha* passou a sofrer o crivo do grupo de jovens que com elas se envolveram diretamente. Durante as entrevistas, quando questionados sobre o que são as *guerras*, alguns jovens as associaram à troca de tiros e a mortes, mas, principalmente, à impossibilidade ou à dificuldade de movimentação, que se instauraram após o início dos conflitos armados. As alterações quanto à movimentação dos moradores afetaram o ir e vir pela *Beira Linha*, mas, também, por ruas e instituições situadas nos territórios rivais ou próximas a estes. O dizer de dois jovens expressa as demarcações e os riscos estabelecidos: “quem é daqui não pôde mais atravessar pra cima ou lá pra baixo. Mesmo a gente que não tá na guerra” (entrevista com jovem, dez. 2007); “estudava na EMPAL¹⁸. Tive que parar. Os meninos estavam me ameaçando porque sou da *Beira Linha* [...] Mudei para a Paulo

¹⁸ Escola Municipal Professora Acidália Lote. Localiza-se no bairro Paulo VI.

Freire ¹⁹. Mas aí ficaram sabendo que eu tava estudando lá. Tive que sair de lá também” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

Pode-se dizer que a restrição relacionada a não se poder atravessar para o lado rival serviu de baliza. A instauração desse distanciamento não significou, contudo, o fim do perigo. Os que se envolveram diretamente com as *guerras* passaram a vivenciar a constante eminência de ser morto por alguém do lado rival. Diante dessa eminência, a vigilância tornou-se um dos recursos utilizados; já não se pôde vacilar. Nas palavras de um jovem, encontra-se a expressão dessa vigilância: “se boroscá ²⁰, morre. Tem que tá esperto. Atividade. Sempre de olho” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

O que, possivelmente, já estava presente em conversas entre moradores na *Beira Linha* tornou-se, contudo, ameaçador para alguns jovens. A circulação da palavra poderia portar denúncias para a Polícia Militar ou informações para os grupos rivais. O medo dos moradores perante os jovens acabaria por dificultar, ainda mais, o uso da palavra como instrumento de mediação simbólica.

Diante dessa realidade, cabe lembrar que a última década do século XX e os primeiros anos do atual foram marcados pela edificação, em nível mundial, de uma imensa e resistente superestrutura de prevenção. Para o psicanalista francês Jacques-Alain Miller, o sujeito, no início do século XXI, está em perigo e isso marca a entrada em uma época da vigilância. Estar-se-ia na época da prevenção sanitária, mas também guerreira. “Guerrear um país sem que este lhes tenha declarado guerra corresponde a descobrir a doença mental antes que ela tenha se manifestado” (MILLER, 2004, p.5). Para Miller (2004), nos dias atuais, mais do que vigiar e punir, a palavra de ordem é vigiar e prevenir.

Nesse sentido, cotidianamente, materializam-se fronteiras, delimitações e segregações das mais diferentes formas. Se por um lado houve um aumento da porosidade em relação a fronteiras ligadas à perspectiva de um mercado único, às importações e exportações comerciais e às tecnologias de toda ordem, por outro, houve uma materialização de fronteiras como busca de regulação, diante de algo que se apresenta de forma incerta. Cada vez mais, novas barreiras foram erguidas. Condomínios, cercas elétricas, vidros de carros escurecidos por *insulfilm* e

¹⁹ Trata-se da Escola Municipal Paulo Freire. Situa-se no Ribeiro de Abreu, próxima à esquina onde as ruas Paulo Campos Mendes e Beira Linha se encontram.

²⁰ Vacilar.

câmeras²¹, privadas e públicas, passaram a marcar o dia-a-dia da população. O modo de andar nas ruas, o vidro do carro fechado diante do menino que pede esmola depois de uma breve apresentação circense, a bolsa segurada rente ao corpo e o olhar desconfiado frente àquele que não se conhece materializam, segundo o psicólogo Ferreira Neto (2004), “[...] novos arranjos urbanos associados à segregação, que constituem, ao mesmo tempo, novos modos de subjetivação. Medos, ódios, insensibilidades, indiferença. Novas maneiras de viver, sentir, perceber e interpretar os encontros na cidade.” (FERREIRA NETO, 2004, p.20).

Na *Beira Linha*, as delimitações territoriais e as restrições impostas ao dizer e ao ir e vir despontaram como tentativas de regulação da convivência que, desde então, mostrou-se marcada por um aumento expressivo da tensão agressiva e por uma extrema desconfiança. Mas tais tentativas não foram suficientes para pôr fim aos atos violentos. Para alguns jovens, materializou-se a questão nua e crua da sobrevivência e, diante da efetiva iminência da morte, restou vigiar, mas também matar aqueles que foram tomados, a partir de então, como inimigos. É matar ou morrer passaram a dizer alguns jovens que se vincularam diretamente às *guerras*.

Pode-se dizer, desde já, que foi a letalidade dos conflitos armados que se estabeleceram na *Beira Linha*, mas que já haviam eclodido em outros territórios de Belo Horizonte, o que impulsionou, em 2002, a criação do *Projeto Controle de Homicídios*.

No capítulo seguinte, o que se busca contextualizar é, justamente, o processo de criação desse Projeto que, em 2003, foi institucionalizado. Institucionalização que instaurou a possibilidade de construção de uma política na área da segurança pública pautada não só em instrumentos repressivos, mas, também, em ações de proteção social. Uma política que, como se verá mais adiante, chegou à *Beira Linha*, pois, mesmo com a morte de vários jovens, as *guerras* continuaram. Como relata um jovem entrevistado: “é que a guerra passa de geração. Menino tá crescendo agora, cresce e assume a guerra do outro. Aqui é assim” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

²¹ Em Belo Horizonte, o governo do estado em parceria com a prefeitura e a Câmara de Dirigentes Lojistas, implantou o *Projeto Olho Vivo*. Este consiste na presença ocular da Polícia Militar em pontos estratégicos de grande incidência criminal, por meio do monitoramento por câmeras de vídeo.

3 SOBRE O PROGRAMA CONTROLE DE HOMICÍDIOS – FICA VIVO!

No Brasil, o aumento dos crimes violentos é uma das faces da violência que tem contribuído para instaurar o sentimento de medo na população. Esse sentimento, contudo, tem gerado, por vezes, reivindicações legalistas em um contexto de severa crítica à democracia. Isto porque, o que se buscará legitimar “[...] não é a lei como princípio de limitação do poder arbitrário ou de instrumento de garantia de direitos; contudo, a lei como veículo de imposição autoritária da ordem” (ADORNO, 1998, p.32). Daí a retomada das discussões sobre a diminuição da maioria penal e os debates em torno do aumento da severidade das punições. A demanda por segurança, nesse sentido, tem como efeito, muitas vezes, a ratificação de práticas arbitrárias e segregatórias.

É, pois, nesse cenário de insegurança que se busca, de forma recorrente, a ação policial como única alternativa. Responsável, de acordo com a Constituição Federal, pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública, a Polícia Militar é vista, muitas vezes, como sinônimo de segurança pública. Mas, como destaca Muniz (2003), a preservação da ordem pública não é e nem pode ser reduzida apenas à atuação das forças policiais. Redução esta que foi construída ao longo dos anos. Ao se entender a ordem pública como a plena configuração do Estado Democrático de Direito tem-se que tal preservação requer não só a atuação dos órgãos responsáveis pela segurança pública²² e as instituições de justiça criminal, “[...] mas também a cooperação proativa dos cidadãos (produtores da ordem e da desordem) e das agências públicas e civis que formulam e prestam serviços essenciais à população” (MUNIZ, 2003, p.1). Isso, Muniz (2003) traduz em uma máxima: “[...] todas as questões policiais são, de fato, assuntos de segurança pública, mas nem todos os assuntos de segurança pública são questões propriamente policiais” (MUNIZ, 2003, p.1). Assim, de acordo com Muniz (2003), deve-se ressaltar que, por mais adequadas que possam vir a ser as ações policiais, estas, sozinhas, serão inevitavelmente incapazes de cuidar de uma realidade que inclui, além delas, a cooperação decisiva de outros atores.

²² Pela Constituição Federal, os órgãos responsáveis pela segurança pública são: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Diante disso e a partir do levantamento documental realizado nesta pesquisa, pode-se dizer que foi essa perspectiva que considera a segurança pública como algo que não se restringe ao campo de atuação das forças policiais, o que sustentou a criação e a institucionalização do *Projeto Controle de Homicídios - Fica Vivo!*.

3.1 A criação de uma nova proposta: fica vivo!

Os dados explicitados pela pesquisa **Mapa de Violência de Belo Horizonte**, citados no capítulo anterior, acentuaram a necessidade de elaboração de alguma forma de intervenção. Desse modo, tornou-se urgente a construção de um projeto que fosse capaz de articular aos instrumentos existentes de segurança pública, tais como as polícias e os presídios, outras modalidades de resposta à criminalidade.

Nesse sentido, em 2002, a equipe do CRISP impulsionou a criação de um Grupo de Trabalho que, a partir de um método de análise e avaliação de problemas, elaborou um projeto voltado para o campo da segurança pública. O Grupo de Trabalho contou com a participação de membros do CRISP, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, representantes do Ministério Público, policiais e pessoas vinculadas ao Poder Judiciário.

A base de dados que orientou a elaboração do projeto reuniu informações da pesquisa **Mapa de Violência de Belo Horizonte** e da **Pesquisa de Vitimização**, ambas desenvolvidas pelo CRISP, e entrevistas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa junto ao Programa Liberdade Assistida. Além desses dados, foram essenciais para o trabalho as informações qualitativas conseguidas a partir da experiência prática dos técnicos da Prefeitura que faziam parte do Grupo de Trabalho. Esses técnicos trabalhavam nas áreas de saúde, educação, direitos humanos e assistência social. A partir da apresentação desses dados e dessas informações, os participantes do Grupo elegeram como principal questão os homicídios motivados pela ação de gangues.

Mas cabe destacar que, se no Grupo de Trabalho houve consenso em relação à principal questão, existiu, contudo, um claro dissenso em relação à representação do jovem autor de ato infracional, em se tratando de adolescentes, ou de crime no caso de idade acima de 18 anos. Se, por um lado, técnicos da Prefeitura

viam esse jovem como sujeito de direitos, por outro, a Polícia Militar o percebia como um marginal. Tinha-se, de um lado, a defesa de medidas de acolhimento e responsabilização aplicada pelos funcionários dos programas sociais e, de outro, medidas de controle executadas por policiais militares.

Diante das diferenças, mas orientados pela importância da criação de um modelo de intervenção que comportasse a articulação de ações repressivas e de proteção social, duas frentes de trabalho foram definidas. Formaram-se, assim, o Grupo de Ação Estratégica e o Grupo de Mobilização Social coordenados, contudo, por uma gestão integrada. Essa gestão visava marcar, de acordo com Beato (2006), a importância da articulação entre as frentes de trabalho, bem como impedir que o jogo de vaidades e rivalidades entre as agências envolvidas com o projeto prevalecesse sobre os interesses do mesmo. Desse modo, “[...] todos eram responsáveis pelos erros e acertos alcançados, e a ninguém cabia a primazia sobre os dividendos ou ônus porventura alcançados” (BEATO, 2006, p.22).

Diante da questão principal, o Grupo de trabalho descreveu quatro níveis de problemas, e foram definidas estratégias de intervenção para cada um deles. No nível institucional, os participantes do curso destacaram a inexistência de programas de prevenção social à criminalidade voltados para adolescentes e jovens. A estratégia de intervenção deveria buscar a institucionalização do projeto em elaboração. No nível organizacional, a baixa efetividade das ações policiais e de justiça e a necessidade de desenvolvimento de medidas de prazo mais curto apontavam para a necessidade de desenvolvimento de protocolos de atuação conjunta entre o Ministério da Justiça e os Juizados Criminais e a criação, por parte da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG), de um grupamento especializado para o policiamento em áreas de risco. O nível comunitário destacava a baixa capacidade de mobilização coletiva e de controle social por parte da comunidade, o que orientou intervenções voltadas para a mobilização comunitária, a fim de favorecer a retomada do controle social por parte dos moradores da comunidade. Por fim, o nível individual apontava o envolvimento dos jovens com gangues como um dos principais problemas, juntamente com a dificuldade em desenvolver canais de comunicação com jovens envolvidos com a violência e com a criminalidade e o fatalismo dos mesmos em relação ao próprio destino. A sensibilização entre os jovens via campanhas nas TVs, rádios, escolas e distribuição de panfletos, com informações acerca dos riscos de envolvimento, e oferta de vias

alternativas de socialização e ocupação foram apontadas como estratégias de intervenção.

A definição dos principais problemas e das estratégias de intervenção deu forma ao *Projeto Controle de Homicídios* e o Aglomerado Morro das Pedras, localizado na regional oeste de Belo Horizonte, foi escolhido como o local para a implantação do projeto-piloto. Com o início das ações, somaram-se aos idealizadores do Projeto outras instituições e, em especial, lideranças comunitárias da região atendida. Uma das primeiras intervenções dos moradores foi no sentido de sugerir uma mudança do nome do Projeto. Eles não queriam que o Morro das Pedras fosse imediatamente identificado com a violência e com os homicídios. Uma instituição ligada à área de comunicação desenvolveu, então, uma marca, a partir da qual, o projeto acabou conhecido: *Fica Vivo!*.

Passados os primeiros meses de implantação do Projeto, vários foram os resultados obtidos. Dentre eles, houve uma redução expressiva da ordem de mais de 40% do número de homicídios, e a circulação dos moradores por entre as vilas do aglomerado tornou-se novamente possível²³. A demonstração da viabilidade do Projeto e os resultados alcançados possibilitaram sua institucionalização.

De forma pioneira, no Brasil, o *Projeto Controle de Homicídios* foi institucionalizado pelo Decreto-Lei n. 43.334, de 20 de maio de 2003, o que fez com que ele se tornasse um dos Programas componentes da SEDS, Secretaria que havia sido criada pela Lei Delegada n. 49, de 02 de janeiro de 2003. Ressalta-se que essa composição se deu via Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPEC), Superintendência criada pela Lei Delegada n. 56, de 29 de janeiro de 2003. Além do *Programa Fica Vivo!*, outros dois programas constituíram a SPEC: *Programa de Reintegração Social do Egresso* e *Central de Penas Alternativas*²⁴.

A preocupação do governo do estado de Minas Gerais em materializar uma concepção organizacional de controle da criminalidade e da violência se concretizou pela criação da SEDS e por um conjunto de ações definidas, inicialmente, num Plano Estadual de Segurança Pública²⁵. O Plano destaca, entre outros fatores, a

²³ Mais detalhes a esse respeito podem ser encontrados em Silveira (2007).

²⁴ A partir de 2005, o *Programa de Mediação de Conflitos* foi articulado à política de prevenção dirigida pela SPEC.

²⁵ Plano apresentado à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), no início do Governo Aécio Neves, contendo ações a serem desenvolvidas ao longo do ano de 2003. Sua meta básica era a reversão da tendência de crescimento desmesurado das taxas de criminalidade violenta observadas no estado de Minas Gerais nos últimos dez anos.

importância econômica de reduzir os índices de criminalidade violenta, já que sua contínua ascensão poderia afetar e impedir investimentos financeiros na capital e no estado.

3.2 O Programa Controle de Homicídios - Fica Vivo!

A institucionalização do projeto-piloto e sua incorporação à SEDS, via SPEC, resultaram na formalização das estratégias de intervenção definidas pelo Grupo de Trabalho e em sua dissolução. Parte de seus componentes, entretanto, passou a ocupar cargos na SPEC, e os subgrupos transformaram-se em dois eixos de ação, a saber: Intervenção Estratégica e Proteção Social. A coordenação do *Programa Fica Vivo!* ficou sob a responsabilidade de uma diretoria e a gestão, antes colegiada, ficou a cargo de uma Coordenação Geral.

O eixo Intervenção Estratégica foi composto pelas polícias militar, civil e federal, Ministério Público, Poder Judiciário e SEDS e tornou-se responsável pela potencialização das ações de combate à criminalidade já existentes. Com a existência desse eixo, buscar-se-ia promover, a partir de um processo de articulação entre os órgãos de defesa social, “[...] um processo de interação de informações, de continuidade nos processos e de priorização de casos, com o objetivo de incrementar a resolução dos casos de homicídios que, até então, ficavam aguardando a morosidade e a desarticulação do poder público” (FARIA, 2006, p.184). A execução dessas ações significaria a concretização de uma “[...] repressão qualificada à criminalidade” (MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social, 2004, p.1). Um importante representante desse eixo passou a ser o Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR).

De acordo com a Instrução n. 002/05 – CG que regula a criação e emprego do GEPAR, a PMMG criou o Grupo por saber que as estratégias de atuação em aglomerados, vilas e locais violentos, considerados na Instrução como áreas de risco, precisam “[...] ser diferenciadas e de forma permanente com ênfase na prevenção, respeito aos direitos humanos e envolvimento comunitário” (MINAS GERAIS. Polícia Militar, 2005, p.8). Ainda, segundo a Instrução, o GEPAR tem como objetivos, entre outros, executar o policiamento ostensivo em áreas de risco onde o

número de homicídios evolua para um quadro de descontrole; “[...] neutralizar, de maneira preventiva e repressiva, as ‘guerras de quadrilhas rivais’ existentes nas áreas de risco evitando a eclosão de homicídios e outros crimes violentos” (MINAS GERAIS. Polícia Militar, 2005, p.9); “[...] priorizar as ações de caráter preventivo, especialmente aquelas inibidoras dos crimes contra a pessoa” (MINAS GERAIS. Polícia Militar, 2005, p.9) e “[...] desenvolver e participar de projetos sociais que visem a interação da comunidade com a Polícia Militar e demais órgãos do sistema de defesa social” (MINAS GERAIS. Polícia Militar, 2005, p.9). Com isso, de acordo com a Instrução, busca-se a melhoria do relacionamento dos moradores das áreas atendidas com a polícia, bem como o resgate da dignidade das pessoas.

O eixo Proteção Social caracterizou-se “[...] como um conjunto de ações que se referem à articulação em rede dos diversos setores sociais para refletir sobre as causas e conseqüências da violência e, a partir daí, propor soluções locais de prevenção à criminalidade” (MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social, 2004, p.1). O trabalho desse eixo deveria, assim, desenvolver ações voltadas para jovens, que fossem pautadas na realidade local e que possibilitassem a articulação entre participação comunitária, segurança e os demais direitos sociais.

Ressalta-se que, com a institucionalização do Programa, as ações de proteção social passariam a contar com a instalação de um equipamento de base local, o Núcleo de Referência, cujas metas foram assim definidas: “[...] prestar atendimento de referência, realizar estudos de casos e diagnósticos social e individual, articular parcerias, além de identificar, atender e monitorar os jovens envolvidos com a criminalidade” (MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social, 2004, p.2). Tendo em vista essas metas, o Núcleo deveria fomentar a criação de grupos temáticos que desenvolveriam oficinas, para jovens de 14 a 24 anos, nas áreas de cultura, esporte, educação, comunicação, saúde e inclusão produtiva. Com o intuito de favorecer o acesso dos jovens às oficinas, estas deveriam acontecer em diferentes locais da região atendida e em horários variados. Sempre que possível, o responsável pela execução da oficina deveria ser um morador da própria localidade atendida.

A institucionalização do *Projeto Controle de Homicídios - Fica Vivo!* e sua articulação à política de segurança pública do governo de Minas Gerais como um programa que objetiva controlar e reduzir os homicídios nas regiões mais violentas do estado possibilitou o estabelecimento de um convênio entre a SEDS e o

Ministério da Justiça. A partir desse convênio, recursos financeiros da União foram transferidos para o estado. Esses recursos favoreceram a qualificação das ações do Programa na região do Aglomerado Morro das Pedras, bem como sua expansão, a partir de junho de 2004, para quatro outras regiões de Belo Horizonte, que também apresentavam alto índice de homicídios²⁶. Entre essas regiões, encontrava-se a que hoje²⁷ abrange os bairros Conjunto Paulo VI, Novo Aarão Reis, Paulo VI e Ribeiro de Abreu, sendo este último, como dito anteriormente, o bairro no qual está situada a *Beira Linha*.

Assim, é o estudo das ações do *Programa Fica Vivo!* na *Beira Linha* que se objetiva realizar no capítulo seguinte.

²⁶ Atualmente, o Programa encontra-se implantado em 21 localidades, sendo nove em Belo Horizonte, sete na Região Metropolitana e cinco em cidades do interior do estado.

²⁷ O bairro Novo Aarão Reis não estava inicialmente previsto na área de implantação do Programa. Foi incluído em virtude de apresentar casos de homicídios e por demanda de algumas lideranças comunitárias.

4 OS JOVENS, A BEIRA LINHA E O PROGRAMA FICA VIVO!

De acordo com dados da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) /CRISP foram registrados, nos bairros Conjunto Paulo VI, Paulo VI e Ribeiro de Abreu, no ano de 1998, oito homicídios, em 1999, seis, em 2000, 17, em 2001, 19, em 2002, 26 e em 2003, 39. Tais dados representavam, no período de cinco anos, um crescimento de mais de 300%. Ainda, de acordo com dados da DCCV/CRISP, no período de 2001 a 2003, as vítimas de homicídios eram, em sua maioria, jovens de até 23 anos de idade. O mesmo ocorrendo em relação aos agentes desse delito. Aliado ao crescimento dos homicídios estava o aumento de outros crimes violentos como roubo a mão armada. Desse modo, o aumento da criminalidade violenta, em especial dos homicídios envolvendo jovens, definiu a implantação, nesses bairros da regional nordeste de Belo Horizonte, do *Programa Controle de Homicídios – Fica Vivo!*.

4.1 A responsabilidade do *Programa Fica Vivo!*

O processo de implantação do *Programa Fica Vivo!* nos bairros Conjunto Paulo VI, Paulo VI e Ribeiro de Abreu iniciou-se em junho de 2004²⁸. A fim de que esse processo fosse construído em parceria com os moradores e instituições da região dos bairros a serem atendidos, assim como prevê o método do Programa, foi realizado um levantamento do patrimônio sociocultural local. A partir desse levantamento, foram agendadas, pela técnica responsável pela implantação do Programa²⁹, reuniões com representantes de associações comunitárias, diretores de

²⁸ O processo de implantação e as demais ações que se seguiram a esse processo foram supervisionados e coordenados pela diretoria do *Programa Fica Vivo!*, de modo especial por Ludmilla Feres Faria, diretora do Programa desde sua institucionalização até junho de 2007. Kátia Silva Simões é a atual diretora do *Programa Fica Vivo!*.

²⁹ De junho a outubro de 2004, o *Programa Fica Vivo!* contou com apenas um técnico para cada uma das quatro regiões definidas para a implantação do Programa. A partir de outubro, dois técnicos constituíram a equipe de base local. Como técnica do Programa nos bairros citados anteriormente, a pesquisadora permaneceu de junho de 2004 a setembro de 2006. Atualmente, continua no *Programa Fica Vivo!* como membro da diretoria, sendo responsável pela supervisão metodológica do trabalho

escolas, gerentes de centros de saúde, padres e pastores das igrejas locais, técnicos do programa Liberdade Assistida, do Serviço de Orientação Sociofamiliar (SOSF) e do Conselho Tutelar dentre outros. A cada reunião eram colhidas informações sobre o trabalho já desenvolvido ali, dados sobre a realidade social dos bairros, em especial, sobre a realidade dos jovens e sobre a violência e a criminalidade local.

Em quase todas as visitas, a Beira Linha era apontada como um dos locais mais violentos da região, sobretudo, o trecho da rua escolhido para este estudo. Isto, em função dos conflitos armados ali instaurados, mas, também, porque alguns jovens da *Beira Linha* eram considerados responsáveis por parte dos roubos que ocorriam na região. Apesar de a Beira Linha ser uma rua que perpassa diferentes bairros, era constantemente localizada à parte dos mesmos. A Beira Linha estava ali, mas, para algumas pessoas, não pertencia àquele lugar. Sua inclusão nos bairros se dava, assim como a de outras favelas da cidade de Belo Horizonte, sob a forma da segregação: um lugar perigoso. Chamava também bastante atenção nos relatos das pessoas com as quais a técnica conversava o que se pôde discutir no primeiro capítulo desta pesquisa: o início do aumento dos homicídios na Beira Linha coincidiu com sua urbanização.

Como técnica do Programa, o primeiro contato com a *Beira Linha* aconteceu em julho de 2004. Nesta data, foi realizada uma caminhada pela rua, desde a esquina com a Rua Paulo Campos Mendes até a Rua Cleanto, localizada já no bairro Nazaré. Junto com um morador e um pesquisador do CRISP que, na época, acompanhava o trabalho de implantação do Programa, o que se pôde ver, naquele dia, foi uma rua calma, com poucas pessoas e carros em trânsito. Constatou-se a ausência de áreas de lazer e de instituições estatais. Existiam igrejas evangélicas, os Núcleos vinculados à igreja católica Pai Misericordioso, alguns bares e uma padaria. Na esquina com a Rua Paulo Campos Mendes, encontrava-se um centro comercial, com açougue, sacolão, um armarinho e outros bares. As casas eram de alvenaria e quase todas não tinham reboco; aglomeravam-se por toda extensão percorrida da rua. A partir desta, surgiam outras ruas e muitos becos que davam passagem a outras casas. Vislumbrava-se ali, diante do olhar da técnica, um entrelaçamento entre carência e um esboço de uma possível melhoria das

condições de vida. Ainda estava por descortinar, para o *Programa Fica Vivo!*, as guerras ali deflagradas.

Todos aqueles que se encontravam ligados, de alguma forma, aos bairros a serem atendidos pelo *Programa Fica Vivo!* testemunhavam à técnica o aumento da violência e a crescente insegurança. Os Centros de Saúde recebiam, cada vez mais, declarações de óbitos de jovens cujas mortes eram resultantes de homicídios. Um deles, pela primeira vez, desde a sua inauguração, havia sido assaltado durante a noite. Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) relatavam a impossibilidade de realizarem certos atendimentos domiciliares em função de trocas de tiros. Casos de depressão e ansiedade eram associados ao aumento da violência na região. Alguns Centros de Saúde ficavam meses sem médicos. Alguns médicos justificavam a não permanência ali em função da violência e de ameaças que sofriam, por exemplo, ao medicarem jovens que buscavam atendimento após terem sido baleados. Para alguns funcionários, se a polícia ou algum outro jovem perguntasse pelo atendimento de alguém ferido, era um risco dizer o que se viu ou fez.

Algumas escolas também já haviam sido assaltadas, e seus funcionários relatavam casos de agressões aos professores, roubos, o uso e a venda de drogas ilícitas em seu interior e no entorno. Informações fornecidas por diretores e alunos davam conta do aumento do número de mortes de alunos e ex-alunos. Em relação às escolas, o que também se percebia era um despreparo e, até mesmo, uma indisponibilidade da equipe escolar em lidar com a realidade que se apresentava. A Polícia Militar era, muitas vezes, acionada como instrumento de repressão, diante de atos que deveriam ser tratados como disciplinares e eram tidos como crimes ou infrações. Consideravam de forma explícita as ações policiais como única alternativa no campo da segurança pública. Em certas escolas, a expulsão, mesmo proibida pelas diretrizes da educação brasileira, ainda era utilizada como forma de excluir jovens que eram vistos como os únicos causadores dos problemas enfrentados pela escola. Muros altos ou concertinas eram visíveis em quase todas as escolas.

Fazer uso do transporte coletivo além de incômodo, em função das más condições, como o excesso de passageiros, gerava medo em muitos moradores e trabalhadores dos serviços públicos ali existentes. Isto porque eram inúmeros os registros de roubos aos coletivos³⁰. Durante a noite, eram raras as pessoas que

³⁰ De 1998 ao ano de 2003, foram registrados, nos bairros Paulo VI e Ribeiro de Abreu, 914 casos de roubo a mão armada a ônibus coletivo, segundo dados da PMMG fornecidos pelo CRISP.

ficavam nas portas de suas casas a conversar com vizinhos, costume abandonado, segundo alguns moradores, por medo da violência. Esta, eles, por vezes, associavam às trocas de tiros entre grupos rivais e aos roubos de bolsas e celulares³¹. O registro de roubos a mão armada do comércio local e de caminhões de bebidas que faziam entregas na região também era alto. De acordo com moradores, os roubos fizeram com que alguns estabelecimentos comerciais fossem fechados e que caminhões de entregas de mercadorias, como bebidas, pizzas, móveis e eletrodomésticos, deixassem de prestar serviços para a região. O mesmo acontecia em relação aos taxistas. Vários, segundo alguns moradores, não aceitavam passageiros que se dirigiam aos bairros em questão.

Em relação ao trabalho da Polícia Militar, os jovens, demais moradores e representantes de instituições relatavam à equipe do Programa casos de inoperância e, mesmo que em menor número, casos de corrupção policial. Mas eram os exemplos de truculência policial os mais numerosos. A queixa mais recorrente estava relacionada à forma como se davam as abordagens policiais, em especial, do Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas (ROTAM)³². Pelos relatos eram abordagens sempre marcadas pelo desrespeito aos moradores, sobretudo aos jovens. Ações policiais permeadas por chutes, tapas no rosto e na cabeça, agressões com uso de cassetete e ofensas verbais eram narradas para a técnica do Programa com insatisfação e revolta. Em função disto, desde então, a associação do *Programa Fica Vivo!* com a Polícia Militar, via GEPAR, foi vista com resistência por alguns moradores e com grande desconfiança por parte dos jovens.

Os policiais do GEPAR que atuavam na região, ao serem escutados, durante o processo de implantação, queixavam-se, principalmente, do não recebimento do material logístico. Material, segundo o comandante do GEPAR daquela época, “prometido pelo Fica Vivo! para a montagem do grupamento” (diário de campo, 2004): armamento, coletes, carros, máquina fotográfica, dentre outros. Além disso, relatavam que os moradores construíram uma “imagem negativa da polícia por considerar seu trabalho insuficiente” (diário de campo, 2004). Justificavam que essa imagem se encontrava vinculada à indevida responsabilização da Polícia Militar pela

³¹ Nos mesmos bairros citados na nota acima, entre os anos de 1998 a 2003, foram registrados 220 casos de roubo a mão armada a transeunte ainda de acordo com dados da PMMG/CRISP.

³² O Batalhão ROTAM atua de forma preventiva e/ou repressiva em casos de criminalidade violenta, realiza ações nas operações de controle de distúrbios civis, rebeliões ou motins em presídios e de retomada de locais ocupados por grupos criminosos.

freqüente impunidade, bastante caracterizada pelos policiais pelo rápido retorno às ruas de pessoas que cometeram algum crime ou infração. Casos de licenças médicas, em função da constante exposição dos policiais ao risco, também eram informados com certa freqüência.

Ao se caminhar pelos diferentes espaços da região a ser atendida pelo Programa, destacavam-se as desigualdades existentes no interior dos próprios bairros. Os aglomerados, os becos e as ruas de terra coexistiam com locais onde as ruas eram largas e asfaltadas e as casas mais espaçadas e maiores. Aliado à criminalidade violenta e à pouca presença estatal na localidade, percebida pelas desigualdades citadas acima, pela ausência de áreas culturais e de lazer e por registros de casos de miséria pelos ACS's, encontrava-se o esforço de moradores e instituições locais em fazer dos bairros um lugar com melhores condições de vida.

Assim, uma horta comunitária e uma cooperativa de produção de alimentos haviam sido criadas pelo Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA), bem como uma pesquisa que buscou saber quais eram as demandas dos moradores. Uma rádio comunitária, localizada no bairro Ribeiro de Abreu, problematizava a realidade local³³. Sua programação incluía programas educativos e a ela estavam vinculados alguns jovens. Estes eram responsáveis por parte da programação. Envolvidos com músicas de diferentes estilos e tendo um microfone nas mãos, eles transmitiam recados e pedidos de paz que, por vezes, contribuíram para pôr fim a conflitos entre jovens dos bairros Ribeiro de Abreu e Novo Aarão Reis. Ligada à Escola Municipal Professor Paulo Freire, a Escola de Samba Unidos do Onça foi fundada a partir da sensibilidade da direção da Escola Municipal e do apoio de vários segmentos: moradores, professores e alunos. A Escola de Samba tornar-se-ia parceira fundamental para a efetivação das ações do *Programa Fica Vivo!* na região, como se verá a seguir.

Conversar com alguns jovens foi inicialmente possível para a técnica a partir dos contatos estabelecidos com moradores e representantes das instituições. Apresentados à técnica, os jovens, durante as conversas, também falavam do aumento da criminalidade, da morte precoce de amigos em função dos conflitos armados travados entre grupos rivais, da revolta diante da brutalidade policial e alguns testemunhavam a vergonha que sentiam por morarem em uma rua ainda

³³ Em função de não ter os registros exigidos pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) a rádio comunitária foi obrigada a encerrar seu funcionamento.

sem asfalto. A grande maioria somente conhecia a parte central da capital, sabendo nomear apenas as ruas pelas quais os ônibus coletivos passavam. Era unânime a reclamação de não terem o que fazer no lugar onde moravam, o descontentamento por verem o lugar associado, nas notícias dos jornais, somente a situações de violência e o descrédito em relação às atividades que se iniciavam. De acordo com um jovem: “tudo que começa aqui não vai pra frente” (diário de campo, 2004). Os jovens denunciavam, repetidas vezes, os compromissos não cumpridos pelos representantes do poder estatal que por lá já haviam passado e os efeitos sobre a subjetividade que um contexto social pode vir a produzir.

Destaca-se que, no dizer desses jovens, dos demais moradores e de representantes de instituições, já se expressava a responsabilidade que o *Programa Fica Vivo!* deveria assumir em relação ao que propunha realizar. Uma questão apresentada por um jovem à técnica do Programa, durante uma visita a um local de constantes tiroteios, marcaria de forma mais contundente essa responsabilidade, tendo em vista o Programa se propor a atender, *a céu aberto* (FARIA, 2006), jovens envolvidos com a criminalidade: “como é que os meninos que tão no crime vão participar das oficinas? Pode encontrar com alguém na rua e pra não morrer andam armados. Vai poder levar arma pra oficina?” (diário de campo, 2004). Diante dessa questão, não existia uma resposta prévia. Tornar-se-ia necessário, desse modo, construí-la.

4.2 O *Programa Fica Vivo!*: parte dos territórios

A partir das reuniões com representantes de instituições e das conversas com moradores foram realizados dois encontros comunitários com a finalidade de apresentar, de forma mais detalhada, o *Programa Fica Vivo!*, bem como fomentar a articulação de outros atores em torno de sua implantação. Esses encontros aconteceram nos dias 14 de julho e 18 de agosto de 2004 e reuniram pessoas da diretoria do *Programa Fica Vivo!*, moradores, lideranças comunitárias, membros da rádio comunitária local, alguns diretores de escolas, gerentes dos Centros de Saúde, um membro do Conselho Tutelar Nordeste, técnicas do programa Liberdade Assistida e representantes de igrejas locais entre outros. Obteve-se como produto

dessas reuniões a definição das pessoas que participariam do Curso de Gestores e o encaminhamento dos projetos para as primeiras oficinas a serem implantadas na região.

O Curso de Gestores teve início no dia 1º de setembro de 2004 e constituiu-se em uma série de encontros que contaram com a participação de lideranças comunitárias, moradores sem vínculo formal com as instituições locais e representantes de áreas da saúde, educação e assistência social. Buscava-se com o curso proporcionar uma discussão sobre a realidade local e, desse modo, favorecer que os participantes do Curso atuassem como facilitadores da organização dos moradores dos bairros no enfrentamento dos problemas de violência. Isso se daria de modo cooperado e articulado com as agências estatais e não governamentais. O produto do curso foi a construção de um Plano Local de Segurança (PLS) que visava realizar ações de prevenção à violência na Escola Estadual Bolívar Tinoco Mineiro, situada no bairro Ribeiro de Abreu³⁴.

Em relação ao Curso, deve-se destacar, de modo especial, que alguns moradores que estiveram presentes nos primeiros encontros deixaram de participar. Isso porque o período inicial do curso foi acompanhado por homicídios que dificultaram o ir e vir de alguns moradores pelos bairros. No dia 22 de agosto, um tiroteio na *Beira Linha* havia resultado em um adolescente morto e dois outros feridos. De acordo com informações dos participantes do curso, por volta das 11 horas da manhã, um carro com quatro homens armados teria passado pela rua e atirado em direção aos adolescentes. Nenhum dos jovens, segundo os participantes, tinha envolvimento com a criminalidade. No dia 23 de agosto, em represália ao ocorrido no dia 22, uma troca de tiros aconteceu próxima ao Centro de Atenção à Criança e ao Adolescente, situado no Conjunto Paulo VI dessa vez sem vítimas. De acordo com alguns moradores tratava-se de “uma briga entre gangues” (diário de campo, 2004). Na seqüência desses eventos, um fato marcaria a continuidade dos conflitos entre as *gangues*. A morte do homem que, segundo os participantes do curso, liderava a venda de drogas no bairro Conjunto Paulo VI, supostamente por jovens moradores da *Beira Linha*, acirraria os conflitos armados, o que seria decisivo

³⁴ Das ações propostas no PLS foram realizadas apenas as que ficaram sob a responsabilidade do *Programa Fica Vivo!* e da Rádio Comunitária: grafiteagem do muro da escola, discussões sobre sexualidade junto aos alunos e eventos culturais e esportivos realizados na escola e abertos à participação dos moradores. As demais não foram executadas em função da não adesão dos membros da escola à proposta. A execução do PLS foi interrompida no início de 2005, não sendo retomada posteriormente.

para o aumento do número de mortes na região.

Descortinavam-se para a técnica do Programa, a partir de então, os conflitos armados travados entre o grupo de jovens da *Beira Linha* e outros de regiões vizinhas. Além desses conflitos envolvendo alguns jovens da Beira Linha, eram registradas troca de tiros e assassinatos em outros pontos do bairro Ribeiro de Abreu, como nas ruas São Judas Tadeu e Bardana, nas *casinhas*³⁵ e no bairro Novo Aarão Reis.

As oficinas culturais e esportivas tiveram início em outubro de 2004. Tendo em vista as entrevistas, alguns jovens moradores da *Beira Linha* começaram a participar do Programa a partir dessa época e em momentos posteriores. Um dos jovens entrevistados, diante da questão sobre o início de sua participação no Programa respondeu: “o Fica Vivo! começou lá no Conjunto Paulo VI. Uns meninos de lá começaram a ir de camisa do Fica Vivo! para a EMPAL³⁶. Aí surgiu curiosidade. Busquei saber pra participar” (entrevista com jovem, dez. de 2007). Essa participação se deu a partir de uma oficina de *futsal* realizada na Escola Municipal Professor Paulo Freire³⁷. Em relação à mesma questão citada acima, outro jovem lembrou: “era doido com capoeira. Aí vi que tava tendo oficina de capoeira lá na Paulo Freire. Foi aí que fiquei sabendo do Fica Vivo!”³⁸ (entrevista com jovem, dez. de 2007). Em seguida, esse mesmo jovem acrescentou: “depois eu saí da capoeira e comecei a jogar bola [...] Participei da primeira Olimpíada³⁹. Chegou no Mineirinho a gente perdeu, mas tudo bem” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

Dando continuidade aos passos de implantação do Programa, a expectativa era que alguma das instituições locais pudesse ceder espaço para a instalação do Núcleo de Referência⁴⁰, já que o Programa não dispunha de recursos financeiros destinados ao aluguel de um espaço. Essa, contudo, não foi a realidade. A

³⁵ Forma de os moradores se referirem ao Conjunto Habitacional da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) construído, no bairro Ribeiro de Abreu, para abrigar as famílias que foram indenizadas quando da desocupação do terreno no qual se construiu a estação de metrô São Gabriel.

³⁶ Escola Municipal Professora Acidália Lote. Localiza-se no bairro Paulo VI.

³⁷ A oficina de futsal foi implementada em novembro de 2004.

³⁸ Essa oficina de capoeira teve início em outubro de 2004.

³⁹ Nos anos 2006 e 2007, o Programa realizou as *Olimpíadas do Fica Vivo!*. Durante as Olimpíadas, foram realizados jogos de futebol de campo, *futsal*, basquete e vôlei dentre outros. Participaram jovens das diferentes regiões atendidas pelo Programa. Em 2006, a final dos jogos de quadra ocorreu no Mineirinho e a de futebol de campo no Mineirão.

⁴⁰ A partir de 2005, após a incorporação do Programa de Mediação de Conflitos à política de prevenção de base local, a sede passou a ser denominada Núcleo de Prevenção à Criminalidade.

instalação do Núcleo em uma escola municipal exigiria, de início, a realização de um convênio do governo do estado com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o que se mostrou inviável. O mesmo poderia ser dito em relação aos Centros de Saúde. A Escola Estadual da região não dispunha de espaço que viabilizasse a implantação do Núcleo. O Centro Social de Acolhimento à Criança e ao Adolescente do Conjunto Paulo VI, além de não ter espaço que pudesse ser cedido, mesmo que o tivesse, ficaria impedido de fazê-lo em função das características do convênio estabelecido com Fundo Cristão para Crianças. Acrescenta-se a isso o fato de localizar-se em uma área que praticamente inviabilizaria o acesso dos jovens do Paulo VI, Ribeiro de Abreu e Novo Aarão Reis. As sedes do COMUPRA e da cooperativa de produção de alimentos não eram de propriedade dessas instituições. Eram imóveis alugados, cujos espaços já se encontravam devidamente utilizados. A Rádio Comunitária já ocupava um lugar cedido sem outras possibilidades de cessão.

Concomitante à busca por um local que pudesse sediar o Núcleo, a equipe técnica discutia, com a diretoria do Programa, se a instalação do Núcleo junto à outra instituição poderia inviabilizar a criação de uma identidade para ele. Problematizava-se também sobre a importância da criação de um novo espaço para aqueles bairros, tendo em vista os poucos equipamentos que ali se faziam presentes, e sobre a necessidade de o Núcleo se localizar em um lugar que facilitasse o acesso dos jovens e demais moradores dos quatro bairros atendidos.

Passados mais de sete meses do início da implantação do Programa, a inexistência de espaços que pudessem ser cedidos para a instalação do Núcleo de Referência se mantinha e, desse modo, a importância da inauguração de um novo lugar na comunidade foi sustentada pela equipe do Programa. Para sanar a questão relacionada à falta de recursos financeiros, buscou-se construir uma parceria com as empresas responsáveis pelo transporte coletivo na região. As empresas mostraram-se interessadas, tendo em vista os prejuízos causados pelo crescente número de roubos aos coletivos. Prejuízos financeiros e de saúde do trabalhador, pois muitos funcionários se licenciavam ou pediam transferência em função dos riscos aos quais se viam submetidos.

Nesse sentido, em maio de 2005, por meio de uma parceria firmada entre o Programa, a Escola de Samba Unidos do Onça e a empresa GEMATUR, uma das viações responsável pelo transporte coletivo local, foi alugada uma casa onde, a partir do dia 29 de junho de 2005, passou a funcionar o Núcleo de Referência. A

parceria estabelecia que a casa se tornaria, a partir de então, a sede tanto do *Programa Fica Vivo!* quanto da Escola de Samba. A GEMATUR arcaria com os custos de manutenção da limpeza do espaço e com o pagamento das contas de água e luz. O *Programa Fica Vivo!* realizaria a reforma da casa, o que seria descontado no pagamento do aluguel. Além disso, daria continuidade as suas ações. Um projeto relacionado à inclusão produtiva e ao uso do transporte coletivo também seria construído, em conjunto, pelas três instituições. Vale ressaltar que a não concretização desse projeto impediu que a empresa continuasse arcando com as despesas do espaço e, ao final do primeiro contrato de aluguel, o pagamento pela locação do imóvel passou a ser feito pela própria SEDS.

Com a inauguração do Núcleo, algumas reuniões de trabalho, que ali passaram a ocorrer com diferentes parceiros e oficinairos, contribuíram para sua maior aproximação em relação ao Programa. Oficinas, cursos e atendimentos passaram a acontecer no Núcleo e possibilitaram que os jovens marcassem sua presença naquele espaço. Uma jovem entrevistada começou a participar do Programa a partir do convite feito por colegas para que ela fizesse um curso realizado no Núcleo: “[...] comecei através das minhas colegas que pediram para eu vir [...] Fiz o curso de auxiliar administrativo. Foi bom, fiz novas amizades, aprendi coisas novas” (entrevista com jovem, dez. de 2007). Pode-se expressar ainda o dizer de uma outra jovem: “[...] antes do Fica Vivo!, quando minha prima vinha para cá, a gente não tinha o que fazer; não tinha nenhum lugar no bairro pra onde a gente pudesse ir. Agora eu posso ir com ela ao Núcleo” (diário de campo, 2005).

Diante do dizer e do fazer dos jovens, dos demais moradores e representantes de instituições descritos até aqui, pode-se destacar a vertente territorial como algo que se mostra fundamental para o desenvolvimento e a manutenção das ações do *Programa Fica Vivo!*. Mas dar a essa vertente um lugar central implica considerar, assim como Koga (2002), “[...] a dimensão cultural das populações, suas particularidades locais, os lugares onde vivem, os seus anseios, e não somente suas necessidades”. (KOGA, 2002, p.25). Será nesse sentido que a vertente territorial poderá trazer para o debate da ética e da cidadania nas políticas pública novos elementos.

Mas deve-se ressaltar que, mesmo depois de encerrado o processo de implantação do *Programa Fica Vivo!* nos bairros Conjunto Paulo VI, Novo Aarão Reis, Paulo VI e Ribeiro de Abreu, muito ainda precisaria ser feito. O número de

homicídios registrado pela DCCV/CRISP nesses bairros permanecia elevado ao final do ano de 2005⁴¹ e, de acordo com os policiais do GEPAR e moradores, parte deles era resultante de conflitos que envolviam alguns jovens da *Beira Linha*, não só como vítimas, mas também como agentes. E esses jovens ainda não participavam do *Programa Fica Vivo!*.

4.3 Do Campinho da 19 ao início de oficinas na própria *Beira Linha*

Durante o processo de implantação do *Programa Fica Vivo!* nos bairros Conjunto Paulo VI, Novo Aarão Reis, Paulo VI e Ribeiro de Abreu, a *Beira Linha*, como dito anteriormente, sempre foi apontada como um dos focos da criminalidade local. Pode-se dizer que foi longo o tempo que separou o início das atividades do Programa nos quatro bairros ao começo das ações na própria *Beira Linha*. De acordo com relatórios produzidos pela equipe técnica do Programa, não se encontravam pessoas que se responsabilizassem, juntamente com o Programa, por um trabalho naquela localidade. O medo era o motivo apresentado por aqueles que diziam considerar importante, mais inviável, o desenvolvimento de ações naquele território. O atendimento mais cotidiano dos jovens, moradores da *Beira Linha* e diretamente envolvidos com a criminalidade, só foi efetivamente possível a partir do mês de maio de 2006, com a inauguração de mais um espaço: o Campinho da 19.

Depois de inúmeras tentativas, o morador de uma rua que faz esquina com a *Beira Linha* e que foi oficinairo do Programa articulou um encontro dos técnicos com jovens daquele trecho da rua. Nesse encontro, os jovens falaram sobre a ausência de espaços de lazer e da dificuldade de alguns em saírem dali. Isso em função de correrem risco de morrer. Alguns disseram que iam à escola, que saíam do bairro, mas que o faziam cismados. Diante disso, um jovem afirmou, “os que não cismaram, acabaram morrendo!” (diário de campo, 2006). As falas desses jovens apontavam, desde então, para a constante vigilância à qual se submeteram os jovens que se envolveram diretamente com os conflitos armados travados entre os grupos rivais e que foi discutida ao final do primeiro capítulo.

⁴¹ De acordo com dados da DCCV/CRISP, foram registrados, nos bairros Conjunto Paulo VI, Paulo VI e Ribeiro de Abreu, no ano de 2004, 57 homicídios. No ano de 2005, foram registrados 50 homicídios.

Durante o encontro, alguns jovens demandaram cursos e opções de trabalho aos técnicos. Outros queriam jogar bola em um outro lugar que não fosse o espaço da rua. Diante desse pedido, os jovens foram questionados por um dos técnicos do Programa: “mas aonde, já que não existe na *Beira Linha* outro espaço para jogar bola e que alguns correm risco de morrer ao sair daqui?” (diário de campo, 2006) Diante desse questionamento, alguns jovens disseram que poderiam jogar bola em um campo fora da *Beira Linha*, em um lugar distante, desde que ninguém soubesse que estavam por lá. Os técnicos propuseram então aos jovens uma visita ao clube do Serviço Social do Comércio (SESC), localizado no bairro Venda Nova, no qual somente iriam jovens da *Beira Linha*. O Programa providenciaria o transporte e as entradas para o clube. Os jovens aceitaram a proposta e ficaram de convocar outros que não puderam estar no encontro. Ao final deste, foi possível ver, da janela do local onde se estava, um campinho de futebol no interior de uma casa⁴². Uma outra pergunta foi então feita pela técnica do Programa: “que campinho é aquele ali?” (diário de campo, 2006) Os jovens não souberam dizer ao certo, mas falaram que poderia ser arriscado chegar até lá.

Depois de algumas semanas, foi possível à equipe do Programa viabilizar a visita ao SESC. Logo pela manhã o ônibus saiu, para a surpresa dos técnicos, de um local indicado pelos jovens: Rua Vereador Camil Caran. Perguntados pela possível exposição ao risco, alguns jovens disseram que aquela rua estava em uma área sob o comando deles.

Não foram muitos os jovens que aderiram à visita, mas os que foram ao clube anunciaram que um jovem, morador da *Beira Linha*, havia conversado com o dono da casa na qual se situava o campo visto pela janela no dia do encontro. Ele teria demonstrado interesse em ceder o campo para o uso dos jovens, desde que estes cuidassem do espaço, já que ele não morava ali, mas tinha adquirido a casa para usá-la somente aos finais de semana.

A visita ao SESC aproximou os jovens do Programa e, posteriormente, os técnicos fizeram um acordo com o dono da casa e uma oficina de futebol passou a acontecer ali. Alguns jovens entrevistados começaram a participar do Programa a

⁴² A casa está situada em uma rua paralela à *Beira Linha*, Rua Vereador Camil Caran, antiga Rua 19. Por meio de uma trilha é possível ir da *Beira Linha* até essa outra rua.

partir da oficina do Campinho: “comecei no Campinho da 19. Ia⁴³ terça e quinta [...] formava time com menino daqui, da 19. Jogava campeonato” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “jogava no Campinho da 19. Quem comandava era o pessoal do *Fica Vivo!* [...] Tranquilo, era bom” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “os meninos que chamou pra ir lá no Campinho [...] foi bom, é bom. Tem vez que eu participo. Quando eu tô folgado⁴⁴” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

Ao dizer sobre como começou a participar do Programa, outro jovem lembra que isso se deu a partir da oficina do Campinho e acrescenta: “no início ficava com medo, entrei pra fazer zoeira, pra brincar, comecei a gostar, tomei confiança [...] Confiança nos treinador⁴⁵, no Programa” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

Pode-se dizer que foi a partir da existência desse Campinho, da rede pessoal estabelecida entre os jovens, do trabalho dos oficineiros⁴⁶ responsáveis pela oficina e do acompanhamento dos técnicos, que mais jovens da *Beira Linha* começaram a fazer parte do *Programa Fica Vivo!*, em especial aqueles que não podiam se distanciar muito do lugar de moradia em função de correrem risco de morrer.

Torna-se importante ressaltar ainda que a oficina no Campinho da 19 foi assumida por dois oficineiros, moradores da região, que já faziam parte do Programa. A confiança que alguns jovens depositaram no Programa se constituiu pela presença dos técnicos no Campinho, em alguns dias da oficina, mas principalmente pela relação que os jovens estabeleceram com os oficineiros. Foram estes que, no cotidiano da oficina e também fora desse espaço, lidaram diretamente com jovens armados, portando drogas ilícitas ou que provocavam tumultos durante os jogos. Oficineiros que acolheram condutas que, a partir das elaborações do psicanalista francês Philippe Lacadée, pode-se chamar de *condutas de risco*. Segundo esse autor,

⁴³ Alguns jovens fizeram referência à oficina no passado em função de as atividades estarem suspensas no período das entrevistas. O Campinho encontrava-se em reforma.

⁴⁴ Sem trabalhar.

⁴⁵ Refere-se aos oficineiros responsáveis pela oficina.

⁴⁶ Os oficineiros não têm vínculo formal com a SEDS. Recebem um valor bruto mensal de R\$864,00 (oitocentos e sessenta e quatro reais). Isto a partir de uma nota fiscal que pode ser emitida por alguma instituição que esteja devidamente regulamentada para a expedição da nota. São responsáveis pela manutenção da oficina e pelo fornecimento de lanche para os jovens. As oficinas devem acontecer em dois dias da semana e ter duas horas e meia de duração. Os técnicos monitoram o trabalho dos oficineiros e realizam reuniões coletivas e supervisões individuais a fim de acompanhar, discutir e orientar a execução das ações.

[...] as condutas de risco são solicitações simbólicas da morte na busca de limites, tentativas desajeitadas e dolorosas de se colocar no mundo [...] Essas condutas são maneiras de se assegurar do valor da existência, afastar o medo da inconsistência e da insignificância – tentativas de existir, mais que de morrer (LACADÉE, 2007, p.3).

Nesse sentido, pode-se ressaltar aqui a importância do trabalho dos oficinairos para o *Programa Fica Vivo!*. Um monitoramento realizado, em 2006, pelo Laboratório de Pesquisas Sociais (LPS) do Departamento de Ciências Sociais da PUC Minas – Núcleo São Gabriel, destaca a importância do trabalho dos oficinairos para o alcance dos resultados buscados pelo Programa. Segundo informações do monitoramento, o papel de mediadores comunitários dos oficinairos mostrou-se efetivo. O trabalho de mediação, de acordo com um dos relatórios, “[...] passa pela participação no Programa que, por sua vez, os tornou pessoas de referência e via de acesso aos jovens e da comunidade como um todo.” (PUC Minas - LPS, 2006, p.15).

Ressalta-se, entretanto, que, após certo tempo, a presença dos jovens diretamente envolvidos com a criminalidade no Campinho da 19 passou a se dar de forma esporádica. Segundo informações fornecidas por alguns jovens aos oficinairos e descritas em relatórios produzidos pela equipe técnica do Programa, a desistência tinha relação com a intensificação da rivalidade entre os jovens da *Beira Linha* e moradores das regiões vizinhas, e com a presença da Polícia Militar na *Beira Linha* e na própria rua 19. Presença que os jovens, muitas vezes, associavam ao *Programa Fica Vivo!*, já que ele mantinha uma parceria com o GEPAR. Diante disso, foram marcadas novas visitas ao SESC às quais esses jovens não compareceram, apesar de dizerem, inicialmente, que iriam. Alguns deles chegaram a solicitar que a oficina passasse a acontecer em um outro espaço próximo à *Beira Linha*. Esse espaço já havia sido usado por eles como um campo de futebol. Entretanto, não apresentava condições de uso.

As ausências e a desconfiança dos jovens, expressa na constante associação entre a equipe do Programa e a Polícia Militar, sinalizaram, de acordo com relatórios produzidos pela equipe, para a redução da eficiência das ações e para a importância de o Programa realizar alguma ação na própria *Beira Linha*. A equipe acreditava que somente assim seria possível uma reaproximação em relação aos jovens diretamente envolvidos com a criminalidade. Desse modo, diante da importância de retomar o contato com os jovens, uma outra reunião foi proposta pela equipe do *Programa Fica Vivo!* aos jovens da *Beira Linha*, o que ocorreu em março de 2007.

De acordo com informações colhidas de um relatório produzido pela equipe técnica do Programa, a reunião aconteceu em uma igreja pentecostal situada na *Beira Linha* e contou com a participação dos técnicos do Programa e cerca de quarenta jovens, todos moradores da *Beira Linha*. A apresentação do *Programa Fica Vivo!* pelos técnicos abriu o encontro. Em seguida, houve a exibição de dois vídeos sobre o Programa. Após esse momento inicial, uma conversa foi instaurada. Os jovens falaram sobre a ausência de espaços de lazer na *Beira Linha* e queixaram-se de não terem o que fazer. Fizeram também uma lista de solicitações ao Programa relacionadas a oficinas e cursos. Ao final dessa reunião, os técnicos enfatizaram para os jovens que o *Programa Fica Vivo!* não iria resolver os problemas da *Beira Linha* sozinho. Enfocaram também a importância da participação de cada jovem, de outros moradores e das famílias no desenvolvimento de ações na *Beira Linha*.

De acordo com o relatório, o desdobramento dessa reunião foi um novo encontro entre os técnicos e jovens, realizado ainda no mês de março. Nessa outra reunião ficou definido que, na semana seguinte, teria início uma oficina de grafite na própria *Beira Linha*. Além disso, alguns jovens iriam realizar um mutirão para que fosse possível limpar a área próxima à *Beira Linha*, que já havia sido usada como campo de futebol. Definiu-se, por fim, que mais outras três oficinas seriam implantadas, a saber: tapeçaria, produção de bijuterias e manicura. Além disso, o relatório descreve que o motivo das *guerras*, de acordo com relatos de alguns jovens que estavam presentes à reunião, não se encontra relacionado a disputas por pontos de vendas de drogas, mas por rivalidades que perduram e que são decorrentes dos primeiros conflitos armados que, como discutido no primeiro capítulo, foram instaurados após a urbanização da *Beira Linha*.

Na semana seguinte, segundo relatório elaborado pela equipe do Programa e conforme definido na última reunião citada acima, realizou-se, sob a orientação de um oficinheiro que já fazia parte do Programa na região, uma grafiteagem no muro de uma casa. Participaram desse momento dez jovens moradores da *Beira Linha*. A grafiteagem marcou o início da oficina de grafite. Esta, contudo, ficou suspensa por quatro meses em função de o oficinheiro não ter tido mais disponibilidade para assumir a oficina. Em agosto, as atividades de grafite foram retomadas e um jovem, que era multiplicador em uma oficina de grafite, tornou-se o oficinheiro. Ainda em abril iniciou-se uma oficina de artesanato que foi assumida por uma moradora da *Beira Linha*.

Alguns jovens entrevistados conheceram o *Programa Fica Vivo!* e começaram a participar dele a partir de então: “estava em casa. Aí o J. perguntou se eu queria participar do grafite. Aí eu pensei, vou lá para ver se vou gostar, se eu gostar eu fico. Gostei” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “comecei pelo contato que tenho com a Neci⁴⁷ [...] na de artesanato vou às vezes, na de grafite sempre. Eu gosto muito. A gente diverte, conversa, zoa. Brinca, descontra!” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “conheci pela Neci. Faço artesanato [...] é bom né. Distração pra mente da gente. Quando não tá fazendo nada a cabeça fica a mil” (entrevista com jovem, dez. de 2007). Um jovem que já participava da oficina no Campinho da 19 também se vinculou à oficina de grafite: “participo também da oficina de grafite [...] aprendo a desenhar, é bom. Os desenhos são chique. Quem sabe eu aprendo e depois dou aula. Desde pequeno eu gosto de desenhar. Foi bom ter colocado oficina aqui” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

Durante os horários em que a pesquisadora esteve na *Beira Linha*, para a realização das entrevistas, alguns jovens reuniam-se no local onde ocorrem as oficinas para conversarem com aicineira e com outros jovens e, em um dos dias, para construírem papagaios de plástico. Nesses dias, menos que a atividade oferecida, o que importava para alguns desses jovens era a existência daquele lugar, um espaço que alguns deles solicitam, inclusive, que seja aberto em dias nos quais as oficinas não funcionam.

A partir dessas oficinas, segundo relatórios produzidos pela equipe do Programa, foi possível o restabelecimento do contato com alguns jovens diretamente envolvidos com a criminalidade. Posteriormente, uma visita a outro clube foi realizada, bem como partidas de futebol em campos localizados em outros bairros, o que, de acordo com os relatórios, favoreceu a retomada dos laços de confiança, principalmente entre os jovens e os aicineiros do Campinho da 19. Ainda, segundo esses relatórios, se num primeiro momento alguns jovens iam armados para tais atividades, atualmente, já tem sido possível a participação dos mesmos sem portar arma. Além disso, alguns jovens têm feito solicitações individuais de inserção em cursos profissionalizantes e no mercado de trabalho.

Ressalta-se, assim, que as fronteiras estabelecidas após o início dos conflitos armados entre os grupos demarcaram territórios por onde jovens da *Beira Linha*

⁴⁷ Nome da aicineira responsável pela oficina de artesanato.

correm riscos ao circular. As oficinas, cursos, eventos e o próprio Núcleo de Referência possibilitaram, contudo, a abertura de outros espaços nos quais os movimentos e o dizer dos jovens se fizeram presentes. Espaços que, como propõe Santos (2000a) a partir de François Perroux, podem ser chamados de espaços banais. Nestes a vida coletiva se realiza; muitos aspectos são contemplados, não apenas os fluxos econômicos, considerados por Santos (2000a) como verticalidades. Estas se instalam nos lugares e pouco se importam com o que está ao redor. O espaço banal materializa, contudo, horizontalidades que são resultantes “[...] da vizinhança, da coabitação, da coexistência do diverso” (SANTOS, 2000a, p.53). O espaço banal é, de acordo com Santos (2000b), “[...] o espaço de todos: empresas, instituições, pessoas; o espaço das vivências” (SANTOS, 2000b, p.108). A partir das formulações de Milton Santos, Garcia, Guerra e Barros (2007) propõem que o espaço banal seja considerado como um espaço que é de todos, ocupado de forma singular por qualquer um. É, pois, um espaço que comporta a diversidade e que favorece a amarração do singular ao universal.

Assim, tendo em vista o que foi descrito até aqui, é possível constatar outros usos dos territórios por alguns jovens da *Beira Linha*; usos que apontam para a importância de se considerar o território a partir do uso que dele fazem aqueles que ali vivem. Nesse sentido, a existência de espaços de cultura, lazer e esporte, dentre outros, diz de acesso a direitos que podem favorecer a constituição de novas formas de convivência. Mas, para que esses espaços sejam realmente banais, é necessário que as horizontalidades ali materializadas não venham a produzir um *todos iguais* que, como foi visto no primeiro capítulo, pode levar ao pior.

Pode-se ainda retomar aqui a pergunta feita por um jovem à técnica do *Programa Fica Vivo!* quanto à possibilidade de se levar arma de fogo para a oficina, como uma suposta garantia de segurança diante do risco de morte. A partir desta pesquisa, pode-se dizer que cabe aos técnicos,icineiros e demais parceiros dizer, num primeiro momento, *sim* às *condutas de risco*, às formas arriscadas de existência encontradas por alguns jovens. O consentimento com essa conduta abre a possibilidade de o jovem se responsabilizar pelo que faz e diz, pois o provoca a responder, de alguma forma, a esse *sim* que lhe foi dito.

Ao se retomar essa pergunta, destaca-se também o que escreve o psicanalista francês Eric Laurent: “[...] há uma tendência a pensar que, para voltar a obter certa calma na civilização, se necessita multiplicar as proibições, que a

tolerância zero é muito importante para restaurar uma ordem firme, que as pessoas tenham o temor da lei para lutar contra seus maus costumes” (LAURENT, 2007). Mas Laurent (2007) destaca que “[...] quando a lei se apresenta só como proibição, inclusive proibição feroz, provoca um empuxe feroz, seja à autodestruição, seja à destruição do outro que vem proibir” (LAURENT, 2007). Para esse autor é necessário que seja possível aos jovens se reconhecerem na civilização. Isto implica segundo ele, não abandoná-los; implica ir mais além da proibição, para que seja possível aos jovens suportar uma lei que proíbe, mas que também autoriza outras coisas. Desse modo, não abandonar os jovens é o desafio mais importante e a este se articula o dever que se estabelece frente a eles: “[...] conceber um discurso que possa alojá-los dentro da economia global” (LAURENT, 2007). Um discurso, desse modo, contrário à segregação.

Nesse sentido, consentir com as condutas de risco adotadas por alguns jovens pode possibilitar a construção singular de uma resposta distinta do envolvimento com a criminalidade. Essa construção, no caso de alguns jovens da *Beira Linha*, tem-se dado a partir da possibilidade de participação e enlaçamento a outros espaços, movimentos e territórios da cidade.

4.4 O ano de 2007 na *Beira Linha*

Durante as entrevistas, houve quem se referisse às *guerras* utilizando o pretérito. Há também quem aguarde: “agora tá tranqüilo. Vamos ver até onde vai” (entrevista com jovem, dez. de 2007). O fato é que todos os entrevistados afirmaram que o ano de 2007, em especial o segundo semestre, foi mais tranqüilo. A partir desta pesquisa, é possível dizer que um conjunto de fatores pode ter contribuído para o estabelecimento da tranqüilidade na *Beira Linha*. Nesse sentido, deve-se destacar o que disseram alguns jovens diante da questão sobre o porquê dessa tranqüilidade.

A diminuição da ocorrência de trocas de tiros e de homicídios foi apontada por alguns jovens como justificativa para a tranqüilidade vivida, até o momento das entrevistas, na *Beira Linha*: “diminuiu a violência. Melhorou 100%. Dá pra andar mais tranqüilo” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “hoje em dia está mais calmo.

Melhor. Hoje em dia, o lugar tá bem melhor. Muito tempo não tem tiroteio” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “antes trocava tiro. Tem um tempo que não tem, tem um tempão” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “melhorou muito. Era muito ruim. Não ficava na rua. Oito horas da manhã, já ouvia tiro. Tem muito tempo que eu não sei de morte” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

Segundo dados da DCCV/CRISP, foram registrados, nos bairros Conjunto Paulo VI, Novo Aarão Reis, Paulo VI e Ribeiro de Abreu, no ano de 2006, 29 homicídios e, em 2007, 23. Para esta pesquisa foi possível o levantamento de dados de homicídios específicos à *Beira Linha* somente no que se refere ao ano de 2007. Neste ano, foram registrados, de acordo com a DCCV, três homicídios, todos no primeiro semestre. Cabe destacar que, dos três mortos, dois eram jovens atendidos pelo Programa. As investigações relacionadas a esses casos estão em andamento, mas, segundo alguns moradores, essas duas mortes ocorreram em função de conflitos entre os próprios jovens da *Beira Linha*. A partir de relatórios produzidos pela equipe do Programa, é possível dizer que, em relação a esses dois casos, buscou-se intervir a partir de articulações entre os dois eixos do Programa e entre este e o Programa Liberdade Assistida. Isto porque se tratava de jovens que foram acompanhados também por este programa.

Ressalta-se que as palavras de alguns jovens entrevistados enfocam as mortes *entre eles*: “tem umas [mortes] que foi lá dentro mesmo. Os colegas mataram” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “tem morte que é entre eles” (entrevista com jovem, dez. de 2007). Perguntados sobre quais seriam os motivos de tais mortes, os mesmos jovens responderam: “morre entre eles porque vacila. Começa a matar, faz covardia. Acha que pode mandar no lugar” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “um fica achando que é melhor do que o outro” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

A ocorrência de mortes entre os jovens de um mesmo grupo aponta para mais uma dificuldade na operacionalização de ações preventivas por parte da equipe do Programa e do GEPAR. Como a rivalidade não se instaura entre jovens de territórios rivais, mas no interior de um mesmo território e envolve membros de um mesmo grupo, isso significava a diluição dos vínculos e das delimitações territoriais já estabelecidas. No caso dos conflitos instaurados entre eles, os jovens estão ali, lado a lado.

Para um dos jovens entrevistados, existe uma relação entre a tranqüilidade vivenciada na *Beira Linha* e ações como as realizadas pelo *Programa Fica Vivo!*: “agora controlou. Não tá tendo morte. A guerra tá calma [...] acho que é os trabalhos, os projetos como o *Fica Vivo!*” (entrevista com jovem, dez. de 2007). Diante disso, pode-se dizer que, quanto à pergunta feita aos jovens sobre o *Programa Fica Vivo!* alcançar seus objetivos, alguns responderam de forma afirmativa. Cabe lembrar que tais objetivos foram definidos pelos próprios jovens. Para estes, são objetivos do *Programa Fica Vivo!*: “tirar do meio das coisas ruins. Incentivar coisas boas, incentivar ser trabalhador” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “incentivar. O Núcleo chegou, traz conhecimento [...] Conhecimento em informática, comunicações. Descobre talentos que não sabia que tinha. Ocupar seu tempo em algum Núcleo é prevenir sua vida” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “tirar os jovens da criminalidade, das drogas. Reduzir as mortes” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “dar oportunidade para os jovens crescer na vida [...] Pensar na própria responsabilidade, saber o que fazer, lutar pelos próprios objetivos, até mesmo pelo seu espaço. Entrar num acordo, não ficar com briga por causa de espaço [...] Saber conversar, pra não dar encrenca, discussão” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “tira os meninos do conflito. Ocupa o tempo que eles poderiam tá pensando, maquinando. Como diz o ditado: cabeça vazia, oficina do diabo” (entrevista com jovem, dez. de 2007). Pode-se dizer ainda, que há, também, os que dizem que o *Programa Fica Vivo!* ajuda a ficar vivo, mas que alguns jovens atendidos permanecem diretamente envolvidos com a criminalidade. O dizer de um jovem esboça isso: “o *Fica Vivo!* é para tirar os jovens da criminalidade. Fazer com que vivam mais. Mas tem uns [jovens] que tão acostumados com a vida. Continua vendendo, roubando” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

Ainda sobre a tranqüilidade na *Beira Linha*, destaca-se a fala de um jovem: “tá tranqüilo [...] não sei o que eles [moradores dos bairros Belmonte e Conjunto Paulo VI], tão fazendo lá, mas aqui os meninos tão andando, trabalhando, correndo atrás dos objetivos [...] ter família, casa, carro. Ter vida” (entrevista com jovem, dez. de 2007). Esse jovem ressalta que o mesmo que os jovens da *Beira Linha* estão fazendo precisa ser feito por aqueles que moram nos outros bairros. Alega que se isto não acontecer as *guerras* não deixam de existir.

Assim, há que se destacar que, durante a permanência da pesquisadora na *Beira Linha*, em função das entrevistas, foi possível observar a presença de jovens

que estão diretamente envolvidos os com os conflitos armados bem próximos ao encontro da Beira Linha com a Rua Paulo Campos Mendes. Um deles encontrava-se ali para comprar algo a pedido do pai. Ressalta-se que, para saírem da *Beira Linha*, alguns jovens ainda necessitam ter um veículo ou pagar pelo deslocamento de moto, carro ou táxi. Há os que se arriscam em ônibus, mas chegam a pegar vários para percorrerem pequenas distâncias. Desse modo, por parte de alguns jovens, permanecem o medo e a constante vigilância. No dizer de um desses jovens: “eu saio [da *Beira Linha*], mas com o coração apertado. Saio sem saber se vou voltar” (entrevista com jovem, dez. de 2007). Nesse sentido, ressalta-se que concomitante à tranquilidade à qual se referem os entrevistados coexistem, contudo, outras sensações.

Entre os jovens entrevistados há um que percebe a *Beira Linha* como um lugar perigoso, mas acha que ali ele tem mais liberdade. Isso porque, os moradores confiam nele, não o discriminam. Não escondem a carteira quando o vêem. Há alguns, contudo, que se referem à rua onde moram de outras maneiras: “eu penso que quem vem aqui, assim... fica meio assustado [...] Ah! Com o que vê ao redor, com as guerras. Com as guerras fica desconfortável. Eu me sinto desconfortável aqui. É muita violência, agressão!” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “aqui na Beira Linha é um pouco seguro. Não acho bom aqui, prefiro morar na casa da minha tia. Assim... aqui é bom de morar, mas lá na casa dela eu fico mais à vontade” (entrevista com jovem, dez de 2007); “antes todo mundo atravessava pra qualquer lado. Era melhor, ficava mais à vontade. Tinha mais liberdade” (entrevista com jovem, dez. de 2007). Desse modo, aliados à tranquilidade, encontram-se a insegurança e o desconforto sentidos por alguns jovens diante das *guerras* e da manutenção das restrições quanto ao ir e vir e ao dizer.

Nesse sentido, é possível mencionar sentimentos que se relacionam à convivência entre moradores da *Beira Linha*, bem como ao trabalho realizado pela Polícia Militar na localidade. Assim, para um jovem entrevistado há, na *Beira Linha*, “pessoas legais e pessoas insuportáveis” (entrevista com jovem, dez. de 2007). Estas são assim, de acordo com ele, “porque conversam demais, tentam arrumar problema pra gente porque não gosta do jeito que a gente leva a vida [...] por causa dos problemas que têm com a justiça” (entrevista com jovem, dez. de 2007). Desse modo, segundo alguns jovens, desde que os atos ilegais praticados na *Beira Linha* não prejudiquem diretamente os moradores, como no caso de roubos, não há

porque denunciar. Nas palavras de um jovem: “tem uns [moradores] que têm medo, gosta de caguetar, disque denuncia anônima. Se não tá prejudicando ninguém, pra que denunciar?” (entrevista com jovem, dez. de 2007). Mas há um jovem que, após falar sobre as *guerras*, assim se expressa: “tem cara que acha que chama a polícia pra gente. Mas nem sempre. É porque a população fica oprimida [...] População fica oprimida. Não pode fazer muita coisa” (entrevista com jovem, jan. de 2008).

Pode-se dizer, entretanto, que os conflitos que se articulam à Polícia Militar não se restringem à realização de possíveis denúncias, mas, também, ao fato de o trabalho da polícia não ser, por vezes, legitimado. Segundo um dos jovens entrevistados: “pra que polícia? Não tá trocando tiro! A polícia vem pra cá só pra bater!” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

4.5 O trabalho da Polícia Militar na *Beira Linha*: diferenças e semelhanças

Durante o desenvolvimento das ações do *Programa Fica Vivo!* nos bairros Conjunto Paulo VI, Paulo VI, Novo Aarão Reis e Ribeiro de Abreu, foi possível à equipe técnica do Programa perceber, por meio do relato de alguns moradores e de reuniões de trabalho com os policiais do GEPAR, que alguns deles exerciam suas ações de forma responsável e em consonância com o que foi definido pela PMMG quando da criação do grupo. Certos policiais, contudo, manifestavam sua rejeição em relação às ações dos grupos de defesa dos direitos humanos, referiam-se aos jovens envolvidos com a criminalidade como marginais e, em alguns momentos, relatavam, com satisfação, a morte daqueles considerados por eles como “jovens sem solução” (diário de campo, 2005). De forma clara, alguns homicídios eram legitimados por aqueles que também são responsáveis pela preservação da ordem pública e por priorizar a realização de ações preventivas, em especial, as inibidoras da ocorrência de crimes contra a pessoa. O uso abusivo da força durante as abordagens ou prisões, presente nos relatos dos moradores, era constantemente negado pelos policiais.

Na *Beira Linha*, segundo um dos jovens entrevistados, “a polícia passa toda hora. Vem de carro, moto. Passou a vir mais depois do asfalto [...] Com a polícia, a gente se sente mais seguro, é melhor” (entrevista com jovem, dez. de 2007). Nas

palavras de uma jovem: “a presença da polícia traz segurança. Sente protegido. Mas também alarma a comunidade. Será que está acontecendo alguma coisa?” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

Outro jovem relata que a presença da polícia “alivia” (entrevista com jovem, dez. de 2007) quando ela se faz presente no momento de uma troca de tiros. Segundo ele, para não trocarem tiros com a polícia “os jovens param de atirar e cada um vai para o seu lado” (entrevista com jovem, dez. de 2007). Diante desse dizer, há que se destacar que o hiato que a presença da Polícia Militar promove em relação aos grupos aponta, assim, para a importância de se marcar uma presença logo que se esboçam os conflitos.

Mas, a partir do que dizem outros jovens, pode-se dizer que, na *Beira Linha*, ainda há a manutenção de práticas abusivas e arbitrárias por parte de alguns policiais militares. Diante da pergunta sobre o trabalho da Polícia Militar na rua onde mora, certos jovens responderam: “escama, gosta de bater nos outros. Mais é a ROTAM que escama” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “faz o serviço deles aí, mas não respeita ninguém. Trata pior que se fosse um bicho. Eles fica nervoso quando vê que a gente não tá com nada. Eles fala ‘vou liberar ocê, mas vou arrumar pro ocê’.” (entrevista com jovem, jan. de 2008); “pica o pé na sua casa, entra pra dentro, até sem mandato [...] não respeitam, não respeitam privacidade, chegam invadindo” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “mesmo depois que aborda fica impregnando⁴⁸ a gente. Não quero que deixe de fazer o serviço deles. Mas ser homem e fazer o serviço certo” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

Para alguns jovens, entretanto, coexistem os policiais que abusam do uso da força e concretizam arbitrariedades e aqueles que cumprem de forma adequada a função de preservação da ordem pública. Assim, coexiste a execução adequada do trabalho por parte de alguns policiais militares, que se mostra geradora de segurança, e a manutenção de práticas arbitrárias e violentas por parte de outros, que resulta em revolta e insatisfação. Nas palavras desses jovens: “alguns policiais agem com falta de ética [...] Bate, xinga, empurra. Têm uns que conversam na boa” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “tem uns que faz o serviço normal, tem que armam para os outros [...] Pra mim não é certo. Se tivesse com droga ia lá e assinava. Pega sem nada e fala que é do cara” (entrevista com jovem, dez. de

⁴⁸ Perguntar demais.

2007); “acho paia. Maioria das vezes param quem não tem nada. Vem pra cima com ignorância. Tens uns que vêm com ignorância e tem uns que conversam na boa” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “grita na cabeça da gente. Não deixam a gente falar, só eles que pode falar [...] Quase todos são assim. Poucos os que sabe conversar, perguntar” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “têm uns policial que é meio doido da cabeça [...] Aborda. Xinga. Xinga muito. Prega na parede. Mas tem uns bem legal. Trata bem. Aborda. Faz o serviço deles. Sai” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

Além disso, mantém-se a abordagem policial a partir de estereótipos e, com isso, antigos preconceitos e práticas são mantidos. Isso se expressa, assim, na ação dos policiais, e também nas palavras de um dos jovens entrevistados: “bate depois quer saber quem é. De um lado tá certo, de outro tá errado [...] Devia caçar saber primeiro quem é. Se é inocente, trabalhador. Eles ficam achando que é aquilo que você não é” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “acha que todo mundo tá no meio da guerra [...] Pára a gente na rua, nem puxa ficha acha que é bandido. Acho que devia tratar melhor” (entrevista com jovem, dez. de 2007); “é bom, ajuda na segurança de todo mundo. Mas, às vezes, os meninos não tão fazendo nada e a polícia escama. Fala que é lombrado”⁴⁹ (entrevista com jovem, dez. de 2007). Ressalta-se ainda a fala de outros dois jovens: “eu tava andando com dois celular, só um tem documento⁵⁰. Parei, só tô andando com um. Se a polícia te pára e ocê tá sem o documento começa a pressão psicológica. ‘De quem ocê roubou, ocê roubou isso aqui da onde?’” (entrevista com jovem, dez. de 2007).; “na Beira Linha tem muita gente boa, mas morar lá é ruim [...] não pode adquirir nada que a polícia acha que é roubado. Ruim é isso de morar na favela, de ser favelado” (entrevista com jovem, dez. de 2007).

A partir das entrevistas, pode-se dizer que os jovens não diferenciam o trabalho realizado pelo GEPAR daquele executado por outros grupos. Nesse sentido, cabe destacar o dizer de um dos jovens entrevistados: “o *Fica Vivo!* é culiado com o GEPAR. Não sou contra. Mas faz diferença? Não faz diferença [...] vieram e falaram que se tivesse no Fica Vivo! não ia colocar a mão. Coloca sim. Não devia fazer promessa. Se é culiado, tem parceria tudo bem. Mas não devia prometer se não vai cumprir” (entrevista com jovem, dez. de 2007). De acordo com esse

⁴⁹ Que apronta, que já é conhecido pela polícia.

⁵⁰ Nota fiscal.

jovem, alguns policiais do GEPAR realizam práticas arbitrárias, como uso abusivo da força, e abordagens constantes de jovens que não estão mais diretamente envolvidos com a criminalidade.

Ressalta-se ainda que, diante da incerteza quanto ao que se pode esperar do trabalho da Polícia Militar, alguns jovens escolhem correr da polícia, mesmo quando não se está com mandato de busca e apreensão em aberto, portando armas de fogo ou drogas ilícitas.

Assim, da articulação entre a fala dos jovens entrevistados e o dizer dos policiais, relatados anteriormente, é possível extrair algo que se refere, mas que extrapola o trabalho realizado pelo GEPAR. Extraem-se os limites das ações do *Programa Fica Vivo!* no que diz respeito à atuação da Polícia Militar, bem como a manifestação, na prática, de um dissenso que já se mostrava presente nas discussões do Grupo de Trabalho, durante a criação do projeto-piloto.

Mas, diante do dissenso entre os eixos do *Programa Fica Vivo!*, devem-se buscar outros caminhos que não a instauração de um confronto entre os mesmos. Pode-se dizer que é a articulação entre os dois eixos do Programa o que sustenta a possibilidade de construção, em Minas Gerais, de uma nova versão de segurança pública. Uma versão que testemunha a importância de se dizer *sim* às *condutas de risco* adotadas pelos jovens e que deve considerar a instauração da lei como princípio de limitação do poder arbitrário e como instrumento de garantia de direitos. Dois eixos que materializam ações reguladoras e que devem se articular para que seja possível contribuir para a construção de outras formas de convivência entre aqueles que dão vida aos territórios da cidade, de modo especial, à *Beira Linha*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, realizou-se um estudo exploratório das formas de convivência e regulação estabelecidas na *Beira Linha* após sua urbanização. De início, considerou-se importante apresentar características da história de Belo Horizonte, cidade onde a *Beira Linha* se constitui. A partir desta apresentação, foi possível concluir que o processo de ocupação desordenada dos espaços da cidade inicia-se antes mesmo da inauguração da capital de Minas Gerais. Esboçava-se, desde então, o fracasso de um projeto que idealizava construir em Minas uma cidade livre de desordens. Com o tempo, esse processo de ocupação, presidido por políticas econômicas adotadas, ao longo dos anos, no País, ampliou-se. As favelas, palavra que alguns jovens usam para se referir à Beira Linha, ocuparam distintos espaços da cidade, e a segregação estruturou-se como forma de lidar com as diferenças territoriais e sociais que tais espaços materializaram.

Ao final da década de 90, como demonstrado por pesquisas realizadas pelo CRISP, algumas dessas favelas tornaram-se o palco de conflitos armados que envolveram jovens entre 15 e 29 anos. Conflitos que resultaram na ascensão dos homicídios e que impulsionaram a criação do *Programa Controle de Homicídios - Fica Vivo!*. Um programa que foi criado tendo em vista uma perspectiva de segurança pública que não se restringe ao campo de atuação das polícias e, desse modo, articula ações repressivas e de proteção social.

A partir das entrevistas, pode-se afirmar que conflitos como os citados acima também eclodiram na Beira Linha. Verificou-se a relação dessa eclosão com a presença de armas de fogo na região, mas, também, com as novas formas de convivência que se estabeleceram na Beira Linha após sua urbanização.

Desse modo, constatou-se que a urbanização possibilitou o acesso dos moradores a serviços básicos, como iluminação pública e saneamento. Mas ocorreu, também, o desvanecimento das fronteiras territoriais e uma abertura comercial. Tratando-se do território como algo que extrapola a dimensão física e que inclui a vida vivida nele por seus moradores, pode-se dizer que, com a urbanização, estabeleceram-se na Beira Linha novas formas de convivência. Entre elas destaca-se a aproximação entre alguns jovens. Num primeiro momento, essa aproximação

foi marcada por laços de amizade, mas, numa etapa posterior, houve o aumento da tensão agressiva e a materialização de atos violentos. Nesse sentido, polarizaram-se grupos rivais e estabeleceram-se conflitos armados. A partir de então, foram criadas tentativas de regulação da convivência pautadas no restabelecimento de delimitações territoriais e em restrições relacionadas à circulação pelos territórios e ao que se poderia ou não dizer. Os jovens que se envolveram diretamente com os conflitos armados passaram a viver, no entanto, um regime de extrema vigilância e, diante da efetiva eminência de ser morto, por aqueles que foram tomados, a partir de então, como inimigos de guerra, restou, para alguns jovens, matar o inimigo antes que este o matasse. Os conflitos armados provocaram, assim, o crescimento dos homicídios na Beira Linha. A soma desses homicídios a outros ocorridos em regiões próximas foi determinante para que, a partir de junho de 2004, fosse iniciado o processo de implantação do *Programa Controle de Homicídios - Fica Vivo!* nos bairros Conjunto Paulo VI, Ribeiro de Abreu e Paulo VI.

A partir da análise dos dados, pode-se dizer que alguns jovens moradores da *Beira Linha* começaram a participar do *Programa Fica Vivo!* desde sua implantação. Mas a efetiva participação no Programa dos jovens diretamente envolvidos com os conflitos armados somente foi possível a partir do final do primeiro semestre de 2006. Ressalta-se o fato de essa participação ter sido possível a partir de um distanciamento dos jovens da *Beira Linha* em função de uma visita a um clube recreativo. Posteriormente a essa visita, conseguiu-se a implantação de uma oficina de futebol em um espaço externo à *Beira Linha*, buscado e denominado pelos jovens como Campinho da 19. A abertura desse espaço contribuiu de modo especial para maior aproximação dos jovens da equipe do Programa. Ressalta-se que, após um período de tempo, alguns desses jovens se distanciaram das atividades oferecidas pelo Programa, o que impôs à equipe a necessidade de pensar em novas alternativas, o que acabou por impulsionar a implantação de oficinas, desta vez, na própria *Beira Linha*. Tais oficinas favoreceram a reaproximação desses jovens com o Programa, de modo especial, com osicineiros responsáveis pela oficina do Campinho da 19. Destaca-se que foram essesicineiros aqueles que acolheram, de maneira mais direta, *condutas de risco* adotadas por alguns jovens. Tais condutas podem ser exemplificadas pelo porte de arma de fogo, algumas vezes, nos espaços das oficinas. A partir dessa reaproximação, outras atividades fora da *Beira Linha*, como jogos de futebol e inserção em cursos profissionalizantes, puderam ser

realizadas e contaram com a participação dos jovens diretamente envolvidos com a criminalidade. Desse modo, algo que se pôde vislumbrar, a partir desta pesquisa, é que o acolhimento dessas *condutas de risco* abre a possibilidade de o jovem responder pelo que faz e diz. Tal possibilidade pode provocar, assim, a responsabilização do jovem e a construção singular de uma outra resposta distinta do envolvimento com a criminalidade. Além disso, é possível dizer que o envolvimento com os conflitos armados favorece que alguns jovens permaneçam fixados ao território. A participação e o enlaçamento desses jovens a outros espaços podem abrir, entretanto, perspectivas que extrapolam os limites da vida vivida na *Beira Linha*.

Pode-se dizer ainda, tendo em vista a análise dos dados, que o ano de 2007, na *Beira Linha*, foi marcado por maior tranqüilidade. A não ocorrência de homicídios, durante o segundo semestre, e de trocas de tiros foram fatores que contribuíram para tal sensação. Nesse sentido, ressalta-se que a rivalidade entre os grupos persiste, mas tal rivalidade não tem sido posta em ato. Persistem, também, as restrições instauradas quando do início dos conflitos armados e o desconforto e a opressão de alguns jovens entrevistados diante disso. Registram-se ainda insatisfações e incertezas quanto ao trabalho realizado pela Polícia Militar, assim como a sensação de segurança quando a mesma se faz presente de forma não arbitrária.

Enfim, diante desse cenário, podem-se perceber os efeitos e os limites das tentativas de regulação da convivência criadas pelos moradores da *Beira Linha*, bem como pelo poder estatal, representado, nesta pesquisa, pelo *Programa Fica Vivo!*. Limites que se instauram tendo em vista os conflitos que se estabelecem tão logo homens e mulheres se defrontem com a tarefa de viverem juntos. Mas, diante desse irregular da convivência humana, cabe aos diferentes setores sociais assumir a responsabilidade de reconstruir, cotidianamente, novas tentativas. Que estas, ao tomarem a lei como um princípio de limitação do poder arbitrário e instrumento de garantia de direitos, levem em conta a conexão do particular ao universal e as especificidades de cada território como elementos essenciais para a constituição de respostas diante da questão sobre como viver junto.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 10, n.1, p.19-47, maio 1998.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Ocorrências policiais**. Cx.08, Doc. 14-25. Belo Horizonte, 1924.

ASSIS, C. G. **A conduta disciplinar dos oficiais da PMMG na atualidade, analisada como efeito do movimento dos praças de 1997**. Monografia. Academia de Polícia Militar da PMMG, Belo Horizonte, 2000.

AVRITEZ, I. Reforma política e participação no Brasil. In: AVRITEZ, I; ANASTASIA, F. (Org.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 35-43.

BARRETO, A. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva: volume 1 : história antiga. 2 ed. atual, rev. e anot. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

BEATO F. C. C. O problema dos homicídios em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, SP, v.11, n.42, p.345-350, jan./mar. 2003.

BEATO, F. C. C. **Estudo de caso**: “Fica Vivo!” Projeto controle de homicídios em Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.nusur.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2006.

BECKER, H. S. Observação social e estudos de casos sociais. In: BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.117-133.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CARNEIRO, E. R. M. **Nomes do exílio**. Texto apresentado em Conversação no Aglomerado Morro das Pedras com Philippe Lacadée. Belo Horizonte, 31 jul. 2007.

CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais. **Diagnóstico da Criminalidade Violenta na Região Metropolitana de Belo Horizonte**: Estudo – Espaço Temporal do período 1986-2001. Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg.br>>. Acesso em: 22 jul. 2006.

CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais. **Relatório descritivo das condições socioeconômicas e padrões de criminalidade nos Aglomerados Paulo VI e Ribeiro de Abreu**. Maio 2004.

CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais. **Relatório descritivo das condições socioeconômicas e padrões de criminalidade nos Aglomerados Paulo VI e Ribeiro de Abreu**. Out. 2004.

CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais. **Relatório: dados geo-processados da criminalidade e condições socioeconômicas do Ribeiro de Abreu/Paulo VI**. Out. 2004.

DIAS, F. M. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO; XEROX DO BRASIL. **Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte**. Belo Horizonte: Typ. de Bello Horizonte, 1897.

DRUMMOND, C. Narcisismo das pequenas diferenças e segregação. **Curinga**, Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, n. 10, p. 31-32, nov. 1997.

ESTADO DE MINAS. **Assassinato na Villa Palmital**. 09 ago. 1935, p.10.

ESTADO DE MINAS. **Eleições 2000**. 11 set. 2000, p.1.

FARIA, L. F. **Fica Vivo!** Texto apresentado nas XV Jornadas Clínicas da Escola Brasileira de Psicanálise – Rio de Janeiro, nov. 2004.

FARIA, L. F. Uma política de defesa social a céu aberto. **Curinga**, Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, n. 22, p.183-187, jun. 2006.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

FERRARI, I. F. A psicanálise no mundo da ciência. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, n.11, p.82-91, 2002.

FERRARI, I. F. Trauma e segregação. **Latusa**, Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Rio de Janeiro, v. 09, p.149-162, 2004.

FERRARI, I. F. Agressividade e violência. **Psicologia Clínica**, v. 18, n.2, p.49-62, 2006.

FERRARI, I. F. Realidade social: a violência, a segregação e a falta de vergonha. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v.VII, p.269-284, 2007.

FERREIRA NETO, J. L. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. **Revista de Psicologia da UFF**, Rio de Janeiro, v. 16, n.1, 2004.

FERREIRA NETO, J. L. Qual é o social da clínica? Uma problematização. **Pulsional**. Revista de Psicanálise, ano XVI, n.167, p.49-56, mar. 2003.

FREUD. S. **Edição Standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: v.14: Reflexões para os tempos de guerra e morte. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p.281-312.

FREUD. S. **Edição Standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: v.16: Psicologia de grupo e análise do ego. Rio de Janeiro: Imago, 1997a, p.81-154.

FREUD. S. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997b.

FREUD. S. **Cinco lições de psicanálise. Contribuições à psicologia do amor**. Rio de Janeiro: Imago, 1997c.

FREUD. S. Edição **Standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: v.22: Por que a guerra? Rio de Janeiro: Imago, 1997, p.189-208.

GARCIA, C. A lei e a norma. **Curinga**. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, n. 17, p.10-19, nov. 2001.

GARCIA, C. **Clínica do Social**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

GARCIA, C.; GUERRAS, A; BARROS, F. O. **Como viver junto? Fronteiras e territórios**. Texto apresentado no 3º Encontro Americano do Campo Freudiano. Belo Horizonte, ago. 2007.

GUIMARÃES, B. M. **Cafuas, barracos e barracões**: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991. 323p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

HABERT, N. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 1996.

IPEA. **Radar Social**. Diretoria de Estudos Sociais/Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 01 maio 2007.

KOGA, D. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, v.23, n. 72, p.22-52, nov. 2002.

LACADÉE, P. O risco da adolescência. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 16 jun. 2007. Caderno Pensar, p.3.

LACADÉE, P. A modernidade irônica e a Cidade de Deus. **Curinga**. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, n. 23, p.35-54, nov. 2006.

LACAN, J. Introdução às funções da psicanálise em criminologia. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.127-151.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.238-324.

LACAN, J. A psiquiatria inglesa e a guerra. In: LACAN, J. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.106-126.

LACAN, J. Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia. In: LACAN, J. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.127-213.

LACAN, J. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: LACAN, J. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.248-264.

LACAN, J. Alocução sobre as psicoses da criança. In: LACAN, J. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.359-370.

LAURENT, E. Sete problemas da lógica coletiva na experiência da psicanálise segundo o ensinamento de Lacan. **Opção Lacaniana**. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. São Paulo: Edições Eólia, n. 26/27, p.17-34, abr. 2006.

LAURENT, E. O analista cidadão. **Curinga**, Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, vol.13, p.12-19, set. 1999.

LAURENT, E. **Como criar as crianças**. EBP. Disponível em: <http://www.ebp.org.br/pdf/2007/Entrevista_Eric_Laurent.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2007.

LAVILLE, C; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEEDS, E. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.233-276.

LEGUIL, F. Formas do desencontro: segregação, solidão, amor. **Curinga**, Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, vol. 11, p.5-45, abr. 1998.

MILLER, J-A. **El Otro que no existe y sus comités de ética**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

MILLER, J-A. **A era do homem sem qualidades**. Disponível em: <<http://www.nucleosephora.com/pdf/2004>>. Acesso em: 29 jul. 2007.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. **Dados sobre homicídios em Belo Horizonte**. Disponível em: <<http://www.seds.mg.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2005.

MINAS GERAIS. Lei delegada n. 49, de 02 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. **Minas Gerais Diário do Executivo**. Belo Horizonte, 03 jan. 2003.

MINAS GERAIS. Lei delegada n. 56, de 29 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a Secretaria de Estado de Defesa Social e dá outras providências. **Minas Gerais Diário do Executivo**. Belo Horizonte, 30 jan. 2003.

MINAS GERAIS. Decreto n. 43.334, de 20 de maio de 2003. Cria o Programa Controle de Homicídios do Estado de Minas Gerais. **Minas Gerais Diário do Executivo**. Belo Horizonte, 21 maio 2003.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral / 3ª Seção do Estado-Maior. **Instrução n. 0002/05-CG**. Regula a criação e emprego do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco – GEPAR. Belo Horizonte, 2005.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. **Plano Estadual de Segurança Pública 2003-2004**. Disponível em: <<http://www.seds.mg.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2004.

MINAS GERAIS. Programa Controle de Homicídios. **Relatório de avaliação do processo de implantação do Programa Fica Vivo! nos bairros Conjunto Paulo VI, Paulo VI e Ribeiro de Abreu**. Belo Horizonte, jan. 2005a.

MINAS GERAIS. Programa Controle de Homicídios. **Relatório de avaliação do processo de implantação do Programa Fica Vivo! nos bairros Conjunto Paulo VI, Paulo VI e Ribeiro de Abreu**. Belo Horizonte, jul. 2005b.

MINAS GERAIS. Programa Controle de Homicídios. **Relatório semestral de avaliação das ações do Programa Fica Vivo! – Núcleo Ribeiro de Abreu**. Belo Horizonte, jan. 2006a.

MINAS GERAIS. Programa Controle de Homicídios. **Relatório semestral de avaliação das ações do Programa Fica Vivo! – Núcleo Ribeiro de Abreu**. Belo Horizonte, jul. 2006b.

MINAS GERAIS. Programa Controle de Homicídios. **Relatório anual de avaliação das ações do Programa Fica Vivo! – Núcleo Ribeiro de Abreu**. Belo Horizonte, jan. de 2008.

MUNIZ, J. **Ordem pública democrática e urbanidade**. Texto apresentado pela autora em aula ministrada no Curso de Pós-Graduação em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública oferecido pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública de Minas Gerais, jun. 2003.

OTONI, F. Prefácio. In: OTONI, F. (Org.). **Tô fora**: o adolescente fora da lei – o retorno da segregação. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p.v-xviii.

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Histórico**. Disponível em: <<http://portal1.pbh.gov.br/pbh/index.html>>. Acesso em: 19 out. 2006.

PNUD BRASIL. **Relatório de desenvolvimento humano – Brasil 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh>>. Acesso em: 1 maio 2007.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Laboratório de Pesquisas Sociais. **Monitoramento do Programa Fica Vivo! – 2º Relatório Parcial de Atividades**. Belo Horizonte, jun. de 2006.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Laboratório de Pesquisas Sociais. **Monitoramento do Programa Fica Vivo! – 3º Relatório Parcial de Atividades**. Belo Horizonte, ago. 2006.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/biblioteca>>. Acesso em: 15 ago. 2007.

RECALCATI, M. A questão preliminar na época do Outro que não existe. **Latusa Digital**. Rio de Janeiro, n. 7, junho de 2004. Disponível em: <http://www.latusa.com.br/latmartex7_2.htm>. Acesso em: 17 abr. 2005.

RODRIGUES, M. **A década de 80**: Brasil: quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Ática, 1999.

ROLNIK, R. É possível uma política urbana contra a exclusão? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, v.23, n.72, p-53-61, nov. 2002.

SALUM, M. J. G. A violência e a civilização psicanalítica. **Opção Lacaniana**. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. São Paulo: Edições Eólia, n. 44, p.82-85, nov. 2005.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1996.

SANTOS, M. *et al.* **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000a.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000b.

SILVA, L. R. **Doce dossiê de BH**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998.

SILVEIRA, A. M. **Prevenindo homicídios: avaliação do Programa Fica Vivo! no Morro das Pedras em Belo Horizonte**. 2007. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

TENDLARZ, S. E. A quem os assassinos matam? **Curinga**, Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, n. 22, p.167-182, jun. 2006.

TURATO, E. G. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2003

VIEIRA, M. A. A (hiper)modernidade lacaniana. **Latusa**, Rio de Janeiro: EBP Rio e Contra Capa, n. 9, 2004.

VOLPI, M. Crianças e adolescentes são cidadãos? **Revista Virtual de Direitos Humanos**. Brasília, OAB, Ano 1, v. 1, p.34-36, 2000.

ZALUAR, A. Introdução. In: ZALUAR, A; ALVITO, M. (Org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.7-24.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – ENTREVISTA AOS JOVENS

1. Idade do entrevistado.
2. Tempo de moradia na Beira Linha/Padre Argemiro Moreira.
3. Que nome você dá para a rua onde mora?
4. O que você pensa sobre a rua onde mora?
5. Como começou a participar do Fica Vivo!?
6. Descrição e opinião sobre a atividade da qual participa ou participou.
7. Para você, quais são os objetivos do Fica Vivo!?
8. Esses objetivos estão sendo alcançados?
9. O que você pensa sobre o trabalho realizado pela polícia militar na rua onde mora?
10. O que significa para você ficar vivo?